

PRESTAÇÃO DE CONTAS'24

ÍNDICE

Índice Geral

I – Introdução	3
II - Perímetro de consolidação e Organigrama do Grupo	4
III - Método de Consolidação	5
IV - Análise orçamental, económica e financeira consolidada	6
1 - Análise orçamental consolidada	6
2 - Posição Financeira: Balanço consolidado	8
3 - Desempenho: Demonstração dos resultados por naturezas consolidada	11
V – Principais indicadores económicos e financeiros consolidados	12
VI – Demonstrações Financeiras Consolidadas	14
1 - Balanço Consolidado	14
2 – Demonstração dos Resultados Consolidada	15
3 – Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	16
VII – Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	20
Nota 1. Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico	20
1.1. Identificação da entidade, período de relato	20
1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas	21
Nota 2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	22
2.1. Bases de mensuração	22
2.1.1. Pressuposto da continuidade	22
2.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)	23
2.1.3. Consistência da apresentação	23
2.1.4. Materialidade e agregação	23
2.1.5. Compensação	23
2.1.6. Informação comparativa	23
2.1.7. Classificação de Balanço Consolidado	23
2.1.8. Principais estimativas e julgamentos	23
2.1.9. Acontecimentos subsequentes	24
2.1.10. Alterações de políticas, estimativas e erros	24
Nota 3. Ativos intangíveis	24
3.1. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas	24
3.2. Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período	25
3.2.A. Ativos intangíveis – adições	25
Nota 4. Acordos de concessão	25
Nota 5. Ativos fixos tangíveis	25
5.1. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas	26
5.2. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período	26
5.2.A. Ativos fixos tangíveis – adições	26
5.2.B. Ativos fixos tangíveis – diminuições	26
Nota 7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	27
Nota 8 - Propriedades de investimento	27
8.1. Propriedades de investimento – Modelo do custo	27
8.2. Propriedades de investimento – Modelo do custo – quantia escriturada e variações do período	27
Nota 9. Imparidade de Ativos	27
Nota 10. Inventários	27
10.1. Inventários	28
10.2. Inventários: Movimentos do período	28
Nota 13. Rendimento de transações com contraprestação	28
Nota 14. Rendimento de transações sem contraprestação	29
Nota 15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	30
Nota 17. acontecimentos após a data de relato	30
Nota 18. Instrumentos Financeiros	31
18.1. O detalhe das participações financeiras encontra-se no quadro seguinte:	31
Nota 19- Benefícios dos empregados	31
Nota 20- Divulgações de partes relacionadas	32
NOTA 22. Interesses em Outras Entidades	35
22.1. Os julgamentos e pressupostos mais significativos	35
22.3 Fatores para determinação dos interesses ou acordos e outras entidades	36
22.4 Qualificação como entidade de investimento	36
22.7 Data de relato da entidade controlada diferente da data das demonstrações consolidadas	36
22.8 Interesse detido por entidades que controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo	36
22.11. Perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato	38
22.19. Outras divulgações relativas a associadas	38
22.21. Interesses de propriedade não-quantificáveis	39
Nota 23 – Outras divulgações	40
Nota 23.1 – Contas a receber e a pagar	40
Nota 23.2 – Informações relativas ao Endividamento	41
Nota 23.3 – Honorários Fiscal Único/ Revisor Oficial de Contas	41
VIII – Nota Final	42
IX – Certificação Legal das Contas	44

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Ativos Fixos Tangíveis	9
Gráfico 2 – Estrutura do Balanço	10
Gráfico 3 – Estrutura de rendimentos - Ano 2024	12
Gráfico 4 – Estrutura de gastos – Ano 2024	12

Índice de Quadros

Quadro 1 – Síntese do ativo consolidado	8
Quadro 2 – Síntese do Patrimônio Líquido e do Passivo consolidados	9
Quadro 3 – Resultados Consolidados	11
Quadro 4 – Estrutura de Gastos	12
Quadro 5 – Indicadores	13

Índice de Figuras

Figura 1 - Grupo Público Municipal	4
Figura 2 – Métodos e Perímetros de Consolidação	6

Índice de Demonstrações Financeiras

Demonstração Financeira 1 – Balanço Consolidado	14
Demonstração Financeira 2 – Demonstração dos Resultados Consolidada	15
Demonstração Financeira 3 – Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	16
Demonstração Financeira 4 – Demonstração consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido - Ano 2023	18
Demonstração Financeira 5 – Demonstração consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido - Ano 2024	19

I – Introdução

A nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) trazem um novo paradigma às finanças públicas, centrado, fundamentalmente, na sua contabilidade, relato, controlo e transparência das contas públicas.

Envolvendo os vários eixos dos subsistemas da contabilidade pública (orçamental, financeira e de gestão), este novo paradigma impõe o desenvolvimento de mecanismos que permitam, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível europeu e internacional.

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro do Município de Esposende para o ano de 2024 passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas determinada pelas suas necessidades, ainda para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões, pois este novo sistema orçamental e financeiro é mais eficiente e mais convergente com os sistemas contabilísticos a nível internacional.

Nos termos do nº 1 do art.º 74.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, “o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas, visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”. O mesmo artigo, através do seu nº 2, acrescenta que “a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o sector local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”.

Acresce o n.º 1 do art.º 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O presente relatório que anexa as contas consolidadas visa dar cumprimento a esta obrigação legal.

As demonstrações financeiras individuais das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC), e conforme Portaria nº 220/2015 de 24 de julho.

O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicado no contexto do setor empresarial local.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, pelas entidades que integram o Grupo Público Municipal é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas. No entanto, essa informação não é suficiente para traduzir de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira do Grupo Público do Município de Esposende (GPME) como se de uma única entidade se tratasse. Daí, a necessidade de se proceder à consolidação de contas do Grupo Público do Município de Esposende, para que seja possível avaliar o desempenho económico e a situação financeira do mesmo.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Esposende foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Considerando que as restantes entidades preparam as demonstrações financeiras de acordo com o SNC, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas, procedeu-se à reclassificação das contas de SNC para o SNCAP.

Assim, o Município de Esposende elaborou a Consolidação de Contas relativa ao ano de 2024, do Grupo Público do Município de Esposende, e a submeterá para aprovação da Câmara e Assembleia Municipal.

A implementação do sistema de contabilidade de gestão iniciou-se em 2020 na entidade-mãe em consonância com os requisitos exigidos pela NCP 27 – Contabilidade de Gestão, pese embora este processo ainda não se encontrar completamente otimizado pelo que o sistema atual não permite obter informação completa da contabilidade de gestão. O presente relatório não contém informações da contabilidade de gestão de acordo com a referida NCP, uma vez que, apesar haver processos para a contabilidade de gestão para o Grupo Público Municipal de Esposende, naturalmente que não cumprem com a referida norma em toda a sua extensão, o que impede de consolidar a este nível.

II - Perímetro de consolidação e Organograma do Grupo

Conforme o artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro - que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O Grupo Público Municipal engloba o Município de Esposende, entidade consolidante, a EAmb – Esposende Ambiente, EM – Sociedade Unipessoal, Lda a Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM – Sociedade Unipessoal, Lda (Método de consolidação integral) e a Zendensino – Cooperativa de Ensino, IPRL (Método de equivalência patrimonial) como entidades consolidadas



Figura 1 - Grupo Público Municipal

III - Método de Consolidação

Na consolidação de contas do Município de Esposende é utilizado o método de consolidação integral. Este método consiste na integração no balanço e na demonstração dos resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e das demonstrações dos resultados das entidades consolidadas. Relativamente aos mapas de execução orçamental, a integração não se aplica dada a inexistência dos mesmos nas entidades consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 “Demonstrações Financeiras Consolidadas” com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector. Este método contempla a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das entidades consolidadas no balanço e demonstração dos resultados da entidade consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações e saldos Intra grupo, ou seja, operações e saldos entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

De acordo com a NCP 22, as demonstrações financeiras consolidadas:

- Agregam itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas;
- Compensam (eliminam) a quantia escriturada do investimento da entidade que controla em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido ou capital próprio (conforme apropriado) em cada uma das entidades controladas;
- Eliminam na totalidade os ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos resultantes de transações Intra grupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em inventários ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade). Perdas Intra grupo podem indicar uma perda por imparidade que requer reconhecimento nas demonstrações financeiras consolidadas.

De referir que, tendo em conta o perímetro de consolidação, não existem os direitos de terceiros, designados para este efeito de “Interesses que não controlam”, os quais não integram, por isso, o balanço consolidado.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

IV - Análise orçamental, económica e financeira consolidada

A presente análise orçamental, económica e financeira consolidada teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público do Município de Esposende no período de relato. Para tal, analisou-se a estrutura ao nível das óticas financeiras, económica e monetária, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas. Para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foi definido o perímetro de consolidação, tendo-se aplicado o método da consolidação integral às entidades controladas (EAMB – Esposende Ambiente, EM e Esposende 2000, EM) e o método da equivalência patrimonial à entidade associada (Zendensino – Cooperativa de Ensino, IPRL). As restantes entidades nas quais o Município de Esposende detém uma participação, mas sem influência significativa não foram incluídas no perímetro de consolidação, estando as mesmas reconhecidas pelo custo de aquisição.

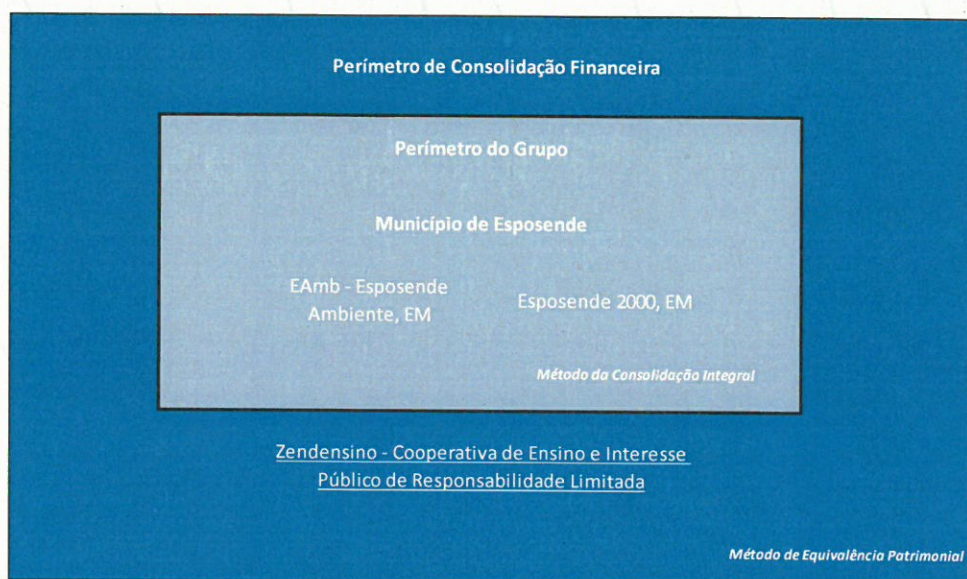


Figura 2 – Métodos e Perímetros de Consolidação

1 - Análise orçamental consolidada

A análise orçamental que se apresenta teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público do Município de Esposende no período de relato. Em conformidade com o preceituado na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, a consolidação orçamental diz apenas respeito ao Município de Esposende.

1.1 Demonstração consolidada do desempenho orçamental

DCDORC - Demonstração consolidada do desempenho orçamental									
Grupo Público do Município de Esposende									
Período	Periodicidade	Mensal							
01/01/2024	Período	Mensal Após Apuramento dos Resultados							
31/12/2024	Acumulados	Sim							
						Ano		Ano	
						2024		2023	
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	RP	RG	UE	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL 2024	TOTAL 2023	
RA01	Saldo de gestão anterior	-6 116 526,75 €		12 521 133,16 €	544 069,10 €	2 917 686,96 €	9 866 362,47 €	11 649 614,49 €	
RI01	Operações orçamentais [1]	-6 116 526,75 €		12 521 133,16 €	544 069,10 €		6 948 675,51 €	8 857 308,64 €	
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais								
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades								
RI03	Operações de tesouraria [A]					2 917 686,96 €	2 917 686,96 €	2 792 305,85 €	
RA02	Receita corrente	40 564 264,24 €		432 182,45 €			40 996 446,69 €	35 179 427,92 €	
R1	Receita fiscal	12 562 938,75 €					12 562 938,75 €	10 329 085,86 €	
R1.1	Impostos diretos	12 562 938,75 €					12 562 938,75 €	9 750 231,11 €	
R1.2	Impostos indiretos						0,00 €	578 854,75 €	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde								
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 985 380,76 €					1 985 380,76 €	661 690,26 €	
R4	Rendimentos de propriedade	766 774,46 €					766 774,46 €	1 028 279,10 €	
R5	Transferências e subsídios correntes	13 981 877,28 €		432 182,45 €			14 414 059,73 €	13 124 324,06 €	
R5.1	Transferências correntes	13 841 907,13 €		432 182,45 €			14 274 089,58 €	12 525 292,22 €	
R5.1.1	Administrações Públicas	13 814 914,50 €		416 682,45 €			14 231 596,95 €	12 505 026,91 €	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	13 805 834,40 €		379 432,62 €			14 185 267,02 €	12 505 026,91 €	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	9 080,10 €		37 249,83 €					
R5.1.1.3	Segurança Social								
R5.1.1.4	Administração Regional								
R5.1.1.5	Administração Local								
R5.1.2	Exterior - UE			15 500,00 €					
R5.1.3	Outras	26 992,63 €					26 992,63 €	20 265,31 €	
R5.2	Subsídios correntes								
R6	Venda de bens e serviços	11 206 920,41 €					11 206 920,41 €	9 857 055,52 €	
R7	Outras receitas correntes	60 372,58 €					60 372,58 €	178 993,12 €	
RA03	Receita de capital	1 797 808,51 €		5 548 045,76 €			7 345 854,27 €	5 007 206,24 €	
R8	Venda de bens de investimento	116 766,60 €					116 766,60 €	21 601,08 €	
R9	Transferências e subsídios de capital	1 673 496,45 €		5 548 045,76 €			7 221 542,21 €	4 980 419,88 €	
R9.1	Transferências de capital	1 673 496,45 €		5 548 045,76 €			7 221 542,21 €	4 980 419,88 €	
R9.1.1	Administrações Públicas	1 673 496,45 €		5 548 045,76 €			7 221 542,21 €	4 980 419,88 €	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 673 496,45 €		5 548 045,76 €			7 221 542,21 €	4 936 429,88 €	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
R9.1.1.3	Segurança Social								
R9.1.1.4	Administração Regional								
R9.1.1.5	Administração Local								
R9.1.2	Exterior - UE								
R9.1.3	Outras								
R9.2	Subsídios de capital								
R10	Outras receitas de capital								
RA04	Receita efetiva [2]	42 402 112,29 €		5 980 228,21 €			48 382 340,50 €	40 203 465,34 €	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	40 039,54 €					40 039,54 €	16 831,18 €	
RA05	Receita não efetiva [3]	142 501,52 €			50 353,73 €		192 855,25 €	821 677,73 €	
R12	Receita com ativos financeiros								
R13	Receita com passivos financeiros	142 501,52 €							
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	36 428 087,06 €		18 501 361,37 €	594 422,83 €		55 523 871,26 €	49 338 382,61 €	
RO1	Operações de tesouraria [B]					630 756,57 €	630 756,57 €	468 075,37 €	
DA01	Despesa corrente	38 047 329,13 €					38 047 329,13 €	32 882 970,02 €	
D1	Despesas com o pessoal	14 075 175,81 €					14 075 175,81 €	13 032 768,17 €	
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	11 755 446,28 €					11 755 446,28 €	10 862 730,67 €	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	268 559,94 €					268 559,94 €	172 502,04 €	
D1.3	Segurança social	2 051 169,59 €					2 051 169,59 €	1 997 535,46 €	
D2	Aquisição de bens e serviços	16 879 163,22 €					16 879 163,22 €	13 737 826,28 €	
D3	Juros e outros encargos	286 639,08 €					286 639,08 €	194 871,50 €	
D4	Transferências e subsídios correntes	6 206 694,52 €					6 206 694,52 €	5 253 966,28 €	
DA.1	Transferências correntes	4 387 149,44 €					4 387 149,44 €	3 682 904,52 €	
DA.1.1	Administrações Públicas	1 095 456,39 €					1 095 456,39 €	792 223,34 €	
DA.1.1.1	Administração Central - Estado Português								
DA.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
DA.1.1.3	Segurança Social								
DA.1.1.4	Administração Regional								
DA.1.1.5	Administração Local	1 095 456,39 €					1 095 456,39 €	792 223,34 €	
DA.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	3 198 252,40 €					3 198 252,40 €	2 626 740,30 €	
DA.1.3	Famílias	93 440,65 €					93 440,65 €	57 799,49 €	
DA.1.4	Outras								
DA.2	Subsídios Correntes	1 819 545,08 €					1 819 545,08 €	1 571 061,76 €	
D5	Outras despesas correntes	599 656,50 €					599 656,50 €	663 537,79 €	
DA02	Despesa de capital	8 784 094,67 €					8 784 094,67 €	9 077 932,00 €	
D6	Aquisição de bens de capital	7 499 190,29 €					7 499 190,29 €	8 054 587,65 €	
D7	Transferências e subsídios de capital	1 284 904,38 €					1 284 904,38 €	1 023 344,35 €	
D7.1	Transferências de capital	1 284 904,38 €					1 284 904,38 €	1 023 344,35 €	
D7.1.1	Administrações Públicas	796 966,59 €					796 966,59 €	469 956,53 €	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português								
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
D7.1.1.3	Segurança Social								
D7.1.1.4	Administração Regional								
D7.1.1.5	Administração Local	796 966,59 €					796 966,59 €	469 956,53 €	
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	487 937,79 €					487 937,79 €	553 387,82 €	
D7.1.3	Famílias								
D7.1.4	Outras								
D7.2	Subsídios de capital								
D8	Outras despesas de capital								
DA03	Despesa efetiva [5]	46 831 423,80 €					46 831 423,80 €	41 960 902,02 €	
DA04	Despesa não efetiva [6]	769 795,45 €					769 795,45 €	972 874,18 €	
D9	Despesa com ativos financeiros						0,00 €	0,00 €	
D10	Despesa com passivos financeiros	769 795,45 €					769 795,45 €	972 874,18 €	
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	47 601 219,25 €					47 601 219,25 €	42 933 776,20 €	
DO1	Operações de tesouraria [C]					623 808,79 €	623 808,79 €	342 694,26 €	
DA06	Saldo para a gestão seguinte	-11 173 132,19 €		18 501 361,37 €	594 422,83 €	2 924 634,74 €	10 847 286,75 €	9 866 362,47 €	
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	-11 173 132,19 €		18 501 361,37 €	594 422,83 €		7 922 652,01 €	6 948 675,51 €	
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					2 924 634,74 €	2 924 634,74 €	2 917 686,96 €	
DA09	Saldo global [2] - [5]	-4 429 311,51 €		5 980 228,21 €			1 550 916,70 €	-1 757 436,68 €	
DA10	Despesa primária	38 252 613,09 €					38 252 613,09 €	33 766 992,53 €	
DA11	Saldo corrente	2 516 935,11 €		432 182,45 €			2 949 117,56 €	2 296 457,90 €	
DA12	Saldo de capital	-6 986 286,16 €		5 548 045,76 €			-1 438 240,40 €	-4 070 725,76 €	
DA13	Saldo primário	-4 164 288,62 €		5 980 228,21 €			1 815 939,59 €	-1 762 112,90 €	
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	36 428 087,06 €		18 501 361,37 €	594 422,83 €		55 523 871,26 €	49 882 451,71 €	
DA15	Despesa total [5] + [6]	47 601 219,25 €					47 601 219,25 €	42 933 776,20 €	
As operações resultantes, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.									

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

1.2 Demonstração consolidada de Direitos e obrigações por naturezas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZAS GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE				
RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	31.12.2024	31.12.2023	
R1	Receita corrente	1 370 587,63	1 293 617,36	
R11	Receita fiscal	-	92 102,20	
R12	Impostos diretos	-	551,79	
R3	Impostos indiretos	-	91 550,41	
R4	Taxas, multas e outras penalidades	114 298,95	20 269,44	
R5	Rendimentos de propriedade	-	1 231,66	
R51	Transferências e subsídios correntes	12 958,06	8 692,50	
R511	Transferências correntes	-	-	
R5111	Administrações Públicas	-	-	
R513	Administração Central - Estado Português	-	-	
R6	Outras	12 958,06	8 692,50	
R7	Venda de bens e serviços	1 243 330,62	1 170 811,90	
R8	Outras receitas correntes	-	509,66	
	Receita de capital	754,61	3 069,23	
	Venda de bens de investimento	754,61	3 069,23	
	Receita efetiva (2)	1 371 342,24	1 296 686,59	
	Receita não efetiva (3)	-	-	
	Receita total (4)=(1)+(2)+(3)	1 371 342,24	1 296 686,59	

RUBRICA	OBRIGAÇÕES	31.12.2024	31.12.2023
D1	Despesa corrente	1 670 317,05	1 185 766,53
D11	Despesas com o pessoal	180,00	71 337,95
D12	Remunerações Certas e Permanentes	-	14 132,73
D13	Abonos Variáveis ou Eventuais	-	-
D2	Segurança social	180,00	57 205,22
D4	Aquisição de bens e serviços	1 441 457,68	1 003 230,75
D41	Transferências e subsídios correntes	57 150,40	12 305,20
D42	Transferências correntes	57 150,40	12 305,20
D43	Entidades do Setor Não Lucrativo	57 150,40	12 305,20
D44	Famílias	-	-
D5	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	-	97 025,03
	Outras despesas correntes	171 528,97	1 867,60
	Despesa de capital	72 833,21	33 003,47
D6	Aquisição de bens de capital	72 833,21	33 003,47
	Despesa efetiva (5)	1 743 150,26	1 218 770,00
	Despesa não efetiva (6)	-	-
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-
	Despesa total (7)=(5)+(6)	1 743 150,26	1 218 770,00

2- Posição Financeira: Balanço consolidado

O Balanço mostra a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício 2024, mostrando, por um lado, o Ativo do GPM de Esposende, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, e, por outro lado, o Passivo e o Património Líquido do GPM de Esposende representam a estrutura financeira, a origem de fundos.

A variação e estrutura do Balanço Consolidado reparte-se conforme a seguir se demonstra:

Balanço Consolidado		2024.12.31	%	2023.12.31	%	Variação 2024-2023	%
TOTAL DO ATIVO		152 754 919,47	100,00%	130 608 357,72	100,00%	22 146 561,75	14,50%
Ativo não corrente		136 660 355,95	89,46%	117 385 299,77	89,88%	19 275 056,18	12,62%
Ativos fixos tangíveis		131 139 047,04	85,85%	111 324 228,06	85,24%	19 814 818,98	12,97%
Propriedades de investimento		0,00	0,00%	391 494,81	0,30%	-391 494,81	-0,26%
Ativos intangíveis		235 021,51	0,15%	226 825,92	0,17%	8 195,59	0,01%
Participações financeiras		5 006 003,96	3,28%	5 105 807,78	3,91%	-99 803,82	-0,07%
Outros ativos financeiros		4 946,60	0,00%	5 026,36	0,00%	-79,76	0,00%
Outras contas a receber		275 336,84	0,18%	331 916,84	0,25%	-56 580,00	-0,04%
Ativo Corrente		16 094 563,52	10,54%	13 223 057,95	10,12%	2 871 505,57	1,88%
Inventários		343 273,93	0,22%	300 661,81	0,23%	42 612,12	0,03%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		8 708,01	0,01%	8 692,50	0,01%	15,51	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes		1 245 054,63	0,82%	1 073 299,75	0,82%	171 754,88	0,11%
Estado e outros entes públicos		75 459,94	0,05%	40 116,41	0,03%	35 343,53	0,02%
Outras contas a receber		3 101 193,68	2,03%	1 544 225,96	1,18%	1 556 967,72	1,02%
Diferimentos		473 586,58	0,31%	389 699,05	0,30%	83 887,53	0,05%
Caixa e depósitos		10 847 286,75	7,10%	9 866 362,47	7,55%	980 924,28	0,64%

Quadro 1 – Síntese do ativo consolidado

O total do ativo do Grupo Público do Município de Esposende ascendeu, em 2024, ao montante de €152 754 919,47 (€130 608 357,72 em 2023) o que representa um aumento de aproximadamente 22,1 M€ em relação ao ano transato. Este aumento, é essencialmente justificado pela variação registada nas rubricas de ativos fixos tangíveis à semelhança do exercício económico de 2023.

O aumento de cerca de 19,8M€ da rubrica de ativos fixos tangíveis resulta, substancialmente, da entidade consolidante que representa 81,86% desta rubrica do balanço consolidado.

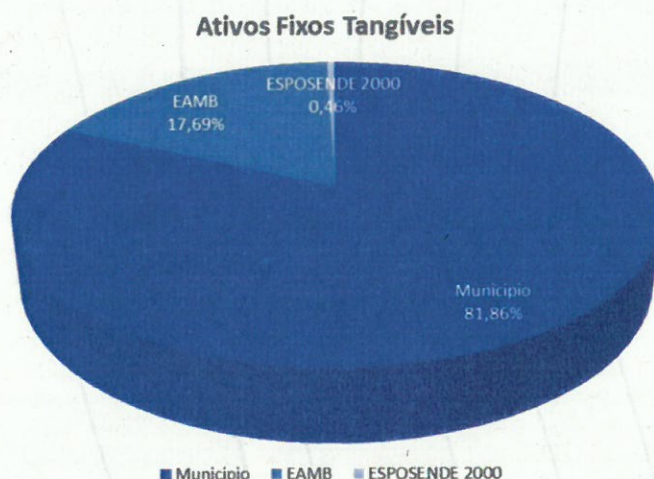


Gráfico 1 – Ativos Fixos Tangíveis

O aumento de cerca de 0,98M€ da rubrica de caixa e depósitos resulta sobretudo da entidade consolidante. A entidade consolidante inclui cerca de 2,92 M€ de operações de tesouraria relacionadas com cauções que perfaz um aumento ligeiríssimo face a 2023.

A estrutura do balanço evidencia que o ativo não corrente, representa cerca de 89,46% do total do Ativo, do qual 85,85% está relacionado com bens móveis e imóveis sendo maioritariamente constituído por bens de domínio público.

O ativo corrente, aumentou cerca de 2,9M€ face a 2023 e representa 10,12% do Total do Ativo, sendo de destacar os meios financeiros com maior liquidez, no valor de € 10 847 286,75.

A evolução das principais rubricas do património líquido e passivo consolidados a 31 de dezembro de 2024, face a 31 de dezembro de 2023, é apresentada no quadro infra:

Balanço Consolidado		2024.12.31	%	2023.12.31	%	Variação 2023-2022		%
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO		152 754 919,47	100,00%	130 608 357,72	100,00%	22 146 561,75	14,50%	
Patrimônio Líquido		131 597 447,42	86,15%	114 803 878,81	87,90%	16 793 568,61	10,99%	
Patrimônio		46 064 588,99	30,16%	46 064 588,99	35,27%	0,00	0,00%	
Reservas		25 563 041,67	16,73%	25 563 041,67	19,57%	0,00	0,00%	
Resultados transitados		-12 383 590,97	-8,11%	-13 174 389,54	-10,09%	790 798,57	0,52%	
Ajustamentos em ativos financeiros		323 134,23	0,21%	323 134,23	0,25%	0,00	0,00%	
Outras variações no Patrimônio Líquido		71 811 299,85	47,01%	55 864 725,00	42,77%	15 946 574,85	10,44%	
Resultado líquido do período		218 973,65	0,14%	162 778,46	0,12%	56 195,19	0,04%	
Passivo não corrente		8 993 784,68	5,89%	9 463 025,39	7,25%	-469 240,71	-0,31%	
Provisões		840 373,67	0,6%	829 713,63	0,6%	10 660,04	0,0%	
Financiamentos obtidos		5 211 247,27	3,4%	5 691 930,31	4,4%	-480 683,04	-0,3%	
Passivos por impostos diferidos		27 554,65	0,0%	31 109,17	0,0%	-3 554,52	0,0%	
Outras contas a pagar		2 914 609,09	1,9%	2 910 272,28	2,2%	4 336,81	0,0%	
Passivo corrente		12 163 687,37	7,96%	6 341 453,52	4,86%	5 822 233,85	3,81%	
Fornecedores		1 639 005,44	1,1%	1 581 519,47	1,2%	57 485,97	0,0%	
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		42 976,01	0,0%	43 179,20	0,0%	-203,19	0,0%	
Estado e outros entes públicos		118 529,21	0,1%	109 311,10	0,1%	9 218,11	0,0%	
Financiamentos obtidos		587 325,95	0,4%	675 564,37	0,5%	-88 238,42	-0,1%	
Fornecedores de investimentos		35 023,00	0,0%	0,00	0,0%	35 023,00	0,0%	
Outras contas a pagar		9 161 250,15	6,0%	3 347 323,39	2,6%	5 813 926,76	3,8%	
Diferimentos		579 577,61	0,4%	584 555,99	0,4%	-4 978,38	0,0%	
TOTAL PASSIVO		21 157 472,05	13,85%	15 804 478,91	12,10%	5 352 993,14	3,50%	

Quadro 2 – Síntese do Património Líquido e do Passivo consolidados

O património líquido representa 86,15% do Património Líquido e do Passivo consolidados. As principais rubricas do património líquido são desagregadas em património correspondente a 30,16% e outras variações no património líquido, equivalentes a cerca de 47,01%.

Conforme evidenciado no quadro 2, o montante do património líquido consolidado atingiu o montante de €131 597 447,42, o qual evidencia um aumento de aproximadamente de 16,8-M€ face a 31 de dezembro de 2023, correspondendo a um aumento de 10,99%, que decorre fundamentalmente:

- Do aumento registado na rubrica outras variações no património líquido em 15,9 M€ os quais, em grande parte se verificaram na entidade-mãe, em consequência do reconhecimento em fundos próprios dos subsídios não reembolsáveis para aquisição de ativos fixos tangíveis, de acordo com a percentagem subsidiada.
- e
- Das doações obtidas, de bens de AFT, no Município de Esposende em cerca de 1,7M€.

Relativamente à evolução do passivo consolidado do Grupo Público importa destacar o seguinte:

- O valor refletido na rubrica Estado e outros entes públicos corresponde basicamente a impostos, de 2024, entretanto liquidados em 2025 (CGA, SS e IRS), e à retenção de outros encargos reconhecidos nas contas do Município de Esposende e das suas entidades controladas;
- A dívida a fornecedores de conta corrente no final do ano 2024 registou um aumento de aproximadamente 57 mil €, face ao período homólogo. Este aumento verificou-se essencialmente na entidade mãe.
- O total do passivo corresponde a 12,10% do total do património líquido e passivo, dos quais 7,25% correspondem ao passivo não corrente, sendo a rubrica de financiamentos obtidos a mais expressiva, com 4,40%. O passivo corrente representa 4,86%, sendo a rubrica de outras contas a pagar a mais significativas, com aumento percentual.
- As outras dívidas a pagar no final do ano 2024 registavam um aumento de 5,8 M€, face ao período homólogo, sendo as rubricas mais significativas para este aumento, outros credores relacionados com adiantamentos de fundos comunitários de investimentos a realizar na ordem dos 5,3 M€, remunerações a liquidar especialização de férias e subsídio de férias vencidas em 2024 a liquidar em 2025, cerca de 238 mil € e com 436mil € de outros acréscimos de gastos.

Em termos de estrutura, o Património Líquido representa 86,15% do total do Ativo.

O gráfico abaixo mostra a relação proporcional do Balanço consolidado do Grupo Municipal:

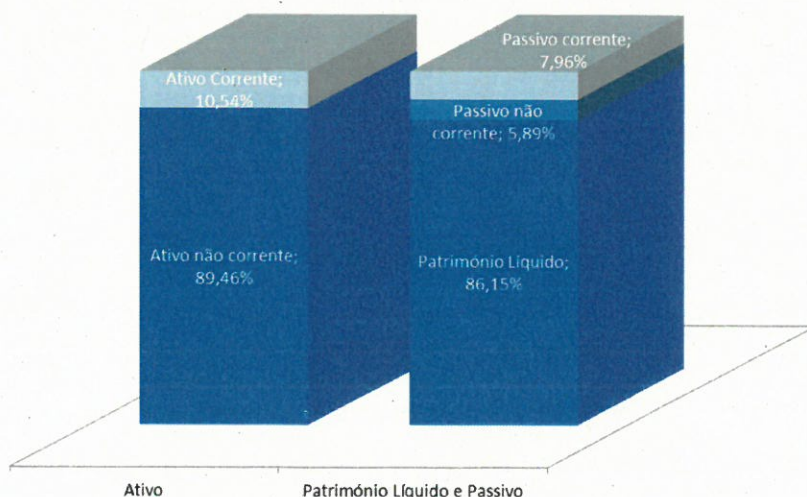


Gráfico 2 – Estrutura do Balanço

3 - Desempenho: Demonstração dos resultados por naturezas consolidada

Em 2024, o Grupo Público do Município de Esposende obteve um resultado líquido do período, positivo de €218 973,65 (€ 162 778,46 em 2023), tendo-se verificado um aumento face ao ano anterior, de aproximadamente 0,56 M€, conforme apresentado abaixo:

Estrutura de Resultados	2024	2023	Variação	%
Resultados operacionais	538 288,23 €	419 294,50 €	118 993,73 €	54,34%
Resultados Financeiros	284 122,78 € -	213 072,07 € -	71 050,71 €	-32,45%
Resultados antes de Impostos	254 165,45 €	206 222,43 €	47 943,02 €	21,89%
Impostos sobre o rendimento	35 191,80 €	43 443,97 € -	8 252,17 €	-3,77%
Resultado Líquido do Exercício	218 973,65	162 778,46	56 195,19	25,66%

Quadro 3 – Resultados Consolidados

A Demonstração dos Resultados tem como objetivo aferir o desempenho, ou seja, grau de eficiência económica atingido, de forma a diagnosticar a capacidade do Grupo Municipal em gerar fluxos de caixa. Ao nível financeiro, o Grupo Municipal apresentou, ao longo de 2024 uma performance equilibrada, tendo para tal contribuído o rigor na gestão do mesmo. Nos pontos seguintes ao presente relatório apresenta-se a informação detalhada para os rendimentos e gastos que contribuíram para o resultado líquido do exercício, fazendo-se também a sua comparação com o exercício de 2023.

3.1. Estrutura dos rendimentos consolidados

A estrutura dos rendimentos do Grupo Público do Município de Esposende é apresentada no quadro abaixo, sendo que o total de rendimentos reflete uma evolução positiva de € 6 635 615,45, face ao período de 2023. Esta variação justifica-se principalmente devido:

- O aumento da rubrica Impostos, contribuições e taxas em cerca de 3,7M€, maioritariamente relacionado com a entidade-mãe.
- Ao aumento das rubricas de subsídios correntes obtidos em cerca de 1,6M€, prestações de serviços e concessões, em cerca de 648 mil euros, outros rendimentos e ganhos 1,3M€ e vendas 125 mil euros, maioritariamente relacionado com a entidade-mãe.

Os rendimentos do Grupo Municipal atingiram o valor de €44 113 975,81 (€37 478 360,36 em 2023) sendo na sua maioria provenientes das rubricas de Impostos, contribuições e taxas, 33,94%, Transferências e subsídios correntes obtidos, 32,05% e Prestações de serviços e concessões, 17,33%. Os outros grupos correspondem a 16,68% dos rendimentos totais.

A estrutura de rendimentos do Grupo Público Municipal está assim distribuída:

Estrutura de Rendimentos	2024	%	2023	%	Variação 2024-2023	%
Impostos, contribuições e taxas	14 971 051,31 €	33,94%	11 244 127,26 €	30,00%	3 726 924,05 €	33,15%
Vendas	2 039 120,85 €	4,62%	1 914 034,81 €	5,11%	125 086,04 €	6,54%
Prestações de serviços e concessões	7 644 169,37 €	17,33%	6 996 463,43 €	18,67%	647 705,94 €	9,26%
Transferências e subsídios correntes obtidos	14 140 151,01 €	32,05%	12 516 122,12 €	33,40%	1 624 028,89 €	12,98%
Trabalhos para a própria entidade	323 200,28 €	0,73%	317 698,72 €	0,85%	5 501,56 €	1,73%
Provisões (aumentos)		0,00%	773 673,65 €	2,06%	773 673,65 €	
Outros rendimentos e ganhos	4 969 683,36 €	11,27%	3 700 449,58 €	9,87%	1 269 233,78 €	34,30%
Juros e rendimentos similares obtidos	26 599,63 €	0,06%	15 790,79 €	0,04%	10 808,84 €	68,45%
TOTAL DE RENDIMENTOS	44 113 975,81	100,00%	37 478 360,36	100,00%	6 635 615,45	17,71%

Quadro 4 - Estrutura de Rendimentos

- Impostos, contribuições e taxas
- Vendas
- Prestações de serviços e concessões
- Transferências e subsídios correntes obtidos
- Trabalhos para a própria entidade
- Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos
- Provisões (aumentos)
- Outros rendimentos e ganhos
- Juros e rendimentos similares obtidos

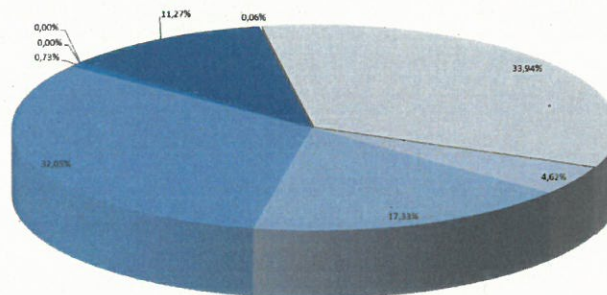


Gráfico 3 – Estrutura de rendimentos - Ano 2024

2.2. Estrutura dos gastos consolidados

Os gastos do Grupo Municipal atingiram o valor de € 43 859 810,36 (€37 272 137,93 em 2023) sendo provenientes das rubricas de fornecimentos e serviços externos (32,56%), gastos com o pessoal (31,68%), depreciações e amortizações (14,16%), transferências e subsídios concedidos (13,42%) e as outras rubricas (8,19%) dos gastos totais.

A estrutura de gastos do Grupo Municipal está assim distribuída:

Estrutura de Gastos	2024	%	2023	%	Varição	%
CMVMC	2 069 792,96 €	4,72%	1 903 060,40 €	5,11%	166 732,56 €	8,76%
Fornecimentos e Serviços Externos	14 279 352,22 €	32,56%	11 819 054,19 €	31,71%	2 460 298,03 €	20,82%
Gastos com o Pessoal	13 893 403,48 €	31,68%	12 847 895,46 €	34,47%	1 045 508,02 €	8,14%
Transferências e subsídios concedidos	5 886 574,01 €	13,42%	4 706 713,11 €	12,63%	1 179 860,90 €	25,07%
Imparidade de dívidas a receber	22 439,56 €	0,05%	38 066,97 €	0,10%	15 627,41 €	-41,05%
Provisões (diminuições)	10 660,04 €	0,02%		0,00%	10 660,04 €	
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	99 803,82 €	0,23%	151 056,08 €	0,41%	51 252,26 €	
Outros gastos e perdas	1 077 195,68 €	2,46%	606 019,43 €	1,63%	471 176,25 €	77,75%
Gastos / Depreciação e amortização	6 209 866,18 €	14,16%	4 971 409,43 €	13,34%	1 238 456,75 €	24,91%
Juros e gastos similares suportados	310 722,41 €	0,71%	228 862,86 €	0,61%	81 859,55 €	35,77%
TOTAL DE GASTOS	43 859 810,36	100,00%	37 272 137,93	100,00%	6 587 672,43	17,67%

Quadro 4 - Estrutura de Gastos

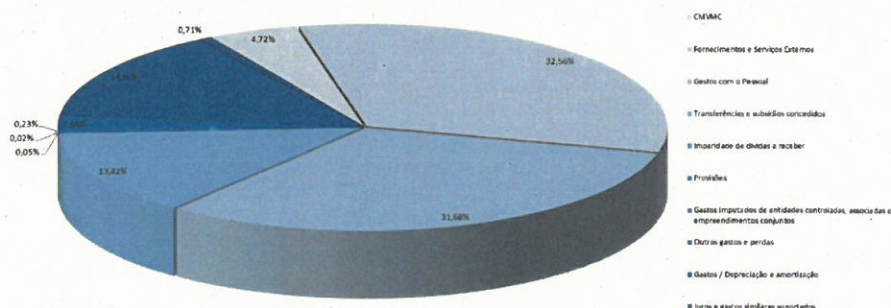


Gráfico 4 – Estrutura de gastos – Ano 2024

V – Principais indicadores económicos e financeiros consolidados

De um modo geral, verificaram-se alterações nas diversas classes das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público Município de Esposende de 2024, comparativamente ao ano transato, sendo de realçar o seguinte:

- O total do ativo consolidado ascendeu a 152,8 M€ (130,6 M€ em 2023);

- O passivo consolidado rondou os 21,2 M€ (15,8 M€ em 2023);
- O património líquido consolidado aproximou-se dos 131,6 M€ (114,8 M€ em 2023);
- Os rendimentos consolidados atingiram cerca de 44,1 M€ (37,5 M€ em 2023);
- Os gastos consolidados ascenderam a 43,9 M€ (37,2 M€ em 2023);
- O resultado líquido consolidado do período representou cerca de 0,22 mil€ (0,16 mil€ em 2023); e
- O EBITDA do período rondou os 6,7M€ (5,4 M€ em 2023).

Em virtude de se estar perante a situação financeira de um Grupo Público Municipal, há que ter em conta que o Ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros. Os Ativos do Grupo integram bens não hipotecáveis ou alienáveis, como sejam, os bens de domínio público e bens privados necessários à prestação do serviço público.

No caso do Grupo Público Municipal de Esposende, os bens de domínio público representam 18,48% do seu Ativo Total.

De seguida são apresentados os indicadores económicos e financeiros consolidados, que se consideram mais relevantes para a análise da evolução do Grupo Público do Município de Esposende, com referência a 31 de dezembro de 2024, bem como, a variação dos mesmos, quando comparados com o período homólogo:

INDICADORES			GRUPO PUBLICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE 2024		GRUPO PUBLICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE 2023		GRUPO PUBLICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE 2024/2023	
			Montantes	%	Montantes	%	Montantes	%
SUSTENTABILIDADE A MEDIO E LONGO PRAZOS	Solvabilidade I	Património Líquido	131 597 447,42	621,99%	114 803 878,81	726,40%	16 793 568,61	-104,41%
		Passivo	21 157 472,05		15 804 478,91		5 352 993,14	
	Solvabilidade II	Ativo Líquido	152 754 919,47	721,99%	130 608 357,72	826,40%	22 146 561,75	-104,41%
		Passivo	21 157 472,05		15 804 478,91		5 352 993,14	
	Autonomia Financeira	Património Líquido	131 597 447,42	86,15%	114 803 878,81	87,90%	16 793 568,61	-1,75%
		Ativo Líquido	152 754 919,47		130 608 357,72		22 146 561,75	
EQUILIBRIO DE CURTO PRAZO	Liquidez Geral	Ativo Corrente	16 094 563,52	132,32%	13 223 057,95	208,52%	2 871 505,57	-76,20%
		Passivo Corrente	12 163 687,37		6 341 453,52		5 822 233,85	
	Liquidez Imediata	Meios Financeiros Líquidos	10 847 286,75	89,18%	9 866 362,47	155,59%	980 924,28	-66,41%
		Passivo Corrente	12 163 687,37		6 341 453,52		5 822 233,85	
ENDIVIDAMENTO	Endividamento	Passivo	21 157 472,05	13,85%	15 804 478,91	12,10%	5 352 993,14	1,75%
		Ativo Líquido	152 754 919,47		130 608 357,72		22 146 561,75	
	Endividamento Não Corrente	Dívidas Não Correntes	5 211 247,27	3,41%	5 691 930,31	4,36%	- 480 683,04	-0,95%
		Ativo Líquido	152 754 919,47		130 608 357,72		22 146 561,75	
	Endividamento Corrente	Passivo Corrente	12 163 687,37	7,96%	6 341 453,52	4,86%	5 822 233,85	3,11%
		Ativo Líquido	152 754 919,47		130 608 357,72		22 146 561,75	

Quadro 5 – Indicadores

Conforme se constata no quadro acima, o Grupo Público Municipal de Esposende continua com um excelente rácio de autonomia financeira. A ligeira diminuição, face ao período homólogo está relacionada com o incremento verificado no ativo fixo tangível, resultante das doações e aquisições de imóveis, que muito contribuíram para o aumento do ativo.

Os rácios de liquidez geral e imediata apesar de terem diminuíram face ao período homólogo, permitem afirmar que o Grupo Público Municipal possui ativos líquidos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo e, consequentemente, capacidade de satisfazer os seus compromissos correntes.

O rácio de endividamento é fundamental para avaliar a saúde financeira de uma entidade, porque permite aferir se a mesma se encontra dependente de financiamento externo e/ou sobrecarregada de dívidas. Conforme se pode verificar, os indicadores de endividamento acima divulgados, são manifestamente confortáveis para afirmar que o Grupo Publico de Esposende apresenta uma excelente situação financeira.

VI – Demonstrações Financeiras Consolidadas

A separação dos ativos e passivos em correntes e não correntes no balanço proporciona informação útil ao distinguir os ativos líquidos que estão continuamente em movimento como capital corrente, dos usados nas operações de longo prazo, ou seja, não corrente, do Grupo Municipal. Esta separação também evidencia os ativos que se esperam realizar dentro do ciclo operacional corrente e passivos que se devem pagar dentro do mesmo período.

1 - Balanço Consolidado

Balanço Consolidado			
	NOTAS	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	131 139 047,04	111 324 228,06
Propriedades de investimento	8	0,00	391 494,81
Ativos intangíveis	3	235 021,51	226 825,92
Participações financeiras	18	5 006 003,96	5 105 807,78
Outros ativos financeiros		4 946,60	5 026,36
Outras contas a receber	23	275 336,84	331 916,84
Subtotal		136 660 355,95	117 385 299,77
Ativo corrente			
Inventários	10.1	343 273,93	300 661,81
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		8 708,01	8 692,50
Clientes, contribuintes e utentes	9	1 245 054,63	1 073 299,75
Estado e outros entes públicos		75 459,94	40 116,41
Outras contas a receber	23	3 101 193,68	1 544 225,96
Diferimentos		473 586,58	389 699,05
Caixa e depósitos	1	10 847 286,75	9 866 362,47
Subtotal		16 094 563,52	13 223 057,95
Total do ativo		152 754 919,47	130 608 357,72
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
Património Líquido			
Património		46 064 588,99	46 064 588,99
Reservas		25 563 041,67	25 563 041,67
Resultados Transitados		-12 383 590,97	-13 174 389,54
Ajustamentos em ativos financeiros		323 134,23	323 134,23
Outras variações no Património Líquido		71 811 299,85	55 864 725,00
Resultado líquido do período		218 973,65	162 778,46
Total do património líquido		131 597 447,42	114 803 878,81
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	840 373,67	829 713,63
Financiamentos obtidos	7/23	5 211 247,27	5 691 930,31
Passivos por impostos diferidos		27 554,65	31 109,17
Outras contas a pagar	23	2 914 609,09	2 910 272,28
Subtotal		8 993 784,68	9 463 025,39
Passivo corrente			
Fornecedores		1 639 005,44	1 581 519,47
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		42 976,01	43 179,20
Estado e outros entes públicos		118 529,21	109 311,10
Financiamentos obtidos	7/23	587 325,95	675 564,37
Fornecedores de investimentos		35 023,00	0,00
Outras contas a pagar	23	9 161 250,15	3 347 323,39
Diferimentos		579 577,61	584 555,99
Subtotal		12 163 687,37	6 341 453,52
Total do Passivo		21 157 472,05	15 804 478,91
Total do património Líquido e do passivo		152 754 919,47	130 608 357,72

Demonstração Financeira 1 – Balanço Consolidado

2 – Demonstração dos Resultados Consolidada

De acordo com a NCP 1, todos os itens de rendimentos e de gastos reconhecidos num período devem ser incluídos na determinação do resultado do período, a menos que uma outra NCP exija de outra forma. Outras NCP exigem que alguns itens (tais como aumentos e diminuições de revalorizações e algumas diferenças cambiais) sejam reconhecidos diretamente como alterações no patrimônio líquido.

Esta demonstração financeira identifica todos os itens de rendimentos e de gastos reconhecidos num período incluídos para a determinação do resultado do período.

Demonstração dos Resultados Consolidada

Código de Contas	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2024	2023
70	Impostos, contribuições e taxas	14	14 971 051,31	11 244 127,26
71	Vendas	13	2 039 120,85	1 914 034,81
72	Prestações de serviços e concessões	4/13	7 644 169,37	6 996 463,43
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	13	14 140 151,01	12 516 122,12
74	Trabalhos para a própria entidade	14	323 200,28	317 698,72
785 + 7921 - 685	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e	-	99 803,82	151 056,08
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.2	2 069 792,96	1 903 060,40
62	Fornecimentos e serviços externos	-	14 279 352,22	11 819 054,19
63	Gastos com pessoal	19	13 893 403,48	12 847 895,46
60-603	Transferências e subsídios concedidos	-	5 886 574,01	4 706 713,11
651-7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	22 439,56	38 066,97
67-763	Provisões (aumentos/reduções)	15	10 660,04	773 673,65
78	Outros rendimentos e ganhos	13/14	4 969 683,36	3 700 449,58
68	Outros gastos e perdas	-	1 077 195,68	606 019,43
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			6 748 154,41	5 390 703,93
64-761	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3/5/8	- 6 209 866,18	- 4 971 409,43
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			538 288,23	419 294,50
79	Juros e rendimentos similares obtidos	13	26 599,63	15 790,79
69	Juros e gastos similares suportados	7	- 310 722,41	- 228 862,86
Resultado antes de impostos			254 165,45	206 222,43
812	Impostos sobre o rendimento do período	-	- 35 191,80	- 43 443,97
Resultado líquido do período			218 973,65	162 778,46

Demonstração Financeira 2 – Demonstração dos Resultados Consolidada

3 – Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

A informação acerca dos fluxos de caixa é útil aos utilizadores das demonstrações financeiras que estão geralmente interessados em saber como é que a entidade gera e usa os seus recursos financeiros. Tal acontece independentemente da natureza das atividades da entidade e do dinheiro poder ser visto como o produto da entidade, como pode ser o caso de uma instituição pública. As entidades precisam de dinheiro geralmente pelas mesmas razões, por muito diferentes que sejam as atividades que constituem a principal fonte de rendimento, necessitando de recursos financeiros para pagar os bens e serviços que consomem, para suportar os custos financeiros da sua dívida e, em alguns casos, para reduzir os seus níveis de dívida.

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

PERÍODO	CONSOLIDADO	
	ANO	ANO
2024/01/01 - 2024/12/31	2024	2023

Rubricas	Notas	Período 2024	Período 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		8 718 853,87	6 454 219,87
Recebimentos de contribuintes		13 614 301,05	10 339 073,98
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6 394 688,86	7 875 340,08
Recebimentos de utentes		893 867,32	653 644,59
Pagamentos a fornecedores	-	17 145 581,76	14 034 204,26
Pagamentos ao pessoal	-	13 366 501,67	12 412 538,37
Pagamentos de transferências e subsídios	-	4 475 246,01	3 622 549,56
Caixa gerada pelas operações		-5 365 618,34 €	4 747 013,67
Outros recebimentos/pagamentos		831 470,64	440 420,53
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-4 534 147,70 €	4 306 593,14
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-	1 479 981,95	2 960 513,15
Pagamentos - Investimentos financeiros	-	522,56	495,57
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		99 052,22	2 580,00
Recebimentos - Propriedades de Investimento		810 543,33	1 063 194,82
Recebimentos - Transferências de capital		7 011 669,49	4 536 537,34
Juros e rendimentos similares		7 545,46	5 185,28
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		6 448 305,99 €	2 645 988,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos			
Cobertura de prejuízos			
Investimentos financeiros			216,48
Recebimentos - Outras operações de financiamento		3 041,67	9 215,63
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-	662 916,71	949 087,22
Pagamentos - Juros e gastos similares	-	270 849,34	224 596,27
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-930 200,48 €	1 032 609,14
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		983 957,81	2 693 213,56
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		9 866 362,47	11 649 614,49
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		10 847 286,75	9 866 362,47
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		9 866 362,47	11 649 614,49
Saldo da gerência anterior (SGA)		9 866 362,47	11 649 614,49
SGA De execução orçamental		6 948 675,51	8 857 308,64
SGA De operações de tesouraria		2 917 686,96	2 792 305,85
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1.2.D	10 847 286,75	9 866 362,47
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		10 847 286,75	9 866 362,47
SGS De execução orçamental		7 922 652,01	6 948 675,51
SGS De operações de tesouraria		2 924 634,74	2 917 686,96

Demonstração Financeira 3 – Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

4 – Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido

A demonstração consolidada das alterações no património líquido de uma entidade entre duas datas de relato reflete o aumento ou a diminuição nos seus ativos e passivos durante o período. Uma entidade deve apresentar uma demonstração de alterações no património líquido que evidencie: (a) O resultado do período; (b) Os rendimentos e gastos do período que, como exigido por outras Normas, seja reconhecido diretamente no património líquido; (c) O total de rendimentos e de gastos do período (somatório de (a) e (b)), mostrando separadamente as quantias totais atribuíveis aos proprietários da entidade que controla e aos interesses minoritários; e (d) Para cada componente do património líquido separadamente divulgado, os efeitos de alterações em políticas contabilísticas e correções de erros reconhecidos de acordo com a NCP 2 — Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros.

A demonstração consolidada das alterações no património líquido do grupo público do Município de Esposende em 31 de dezembro de 2024 é a que se segue:

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - GRUPO MUNICIPAL

(Município de Esposende - Grupo Municipal)

Período		Visualizar Contas s/ Mov.		Acumulados						
01/01/2023										
31/12/2023										
Designação	Património	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla					Resultado líquido do período	Total do património líquido		
		Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras vars. no património líquido					
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	46 064 588,99 €	25 563 041,67 €	-13 911 788,09 €	323 134,23 €	51 953 977,59 €	577 190,49 €	110 570 144,88 €			
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)		0,00 €	737 398,55 €	0,00 €	3 910 747,41 €	-577 190,49 €	4 070 955,47 €			
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico			0,00 €							
Alterações de políticas contabilísticas			0,00 €							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			0,00 €							
Realização do excedente de revalorização			0,00 €							
Excedentes de revalorização e respetivas variações			0,00 €							
Transferências e subsídios de capital			0,00 €							
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			737 398,55 €		3 830 287,48 €		3 830 287,48 €			
Correção de erros materiais			0,00 €		80 459,93 €		817 858,48 €			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)			0,00 €		0,00 €	162 778,46 €	162 778,46 €			
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)			0,00 €		3 910 747,41 €	-414 412,03 €	3 496 335,38 €			
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)										
Subscrições de capital/património			0,00 €							
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações			0,00 €							
Subscrições de prémios de emissão			0,00 €							
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	46 064 588,99 €	25 563 041,67 €	-13 174 389,54 €	323 134,23 €	55 864 725,00 €	162 778,46 €	114 803 878,81 €			

Ano

2023

Demonstração Financeira 4 – Demonstração consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido - Ano 2023

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - GRUPO MUNICIPAL

Período	Visualizar Contas / Mov.	Sim	Acumulados	Ano
01/01/2024				2024
31/12/2024				

Designação	Notas	Patrimônio	Reservas	Patrimônio líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras vars. no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Total do patrimônio líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	2.1.10	46 064 586,99 €	25 563 041,67 €	-13 174 389,54 €	323 134,23 €	55 864 725,00 €	162 778,46 €	114 803 978,81 €	114 803 978,81 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)			0,00 €	790 798,57 €	0,00 €	15 946 574,85 €	-162 778,46 €	16 574 594,96 €	16 574 594,96 €
Ajustamentos de transição de referência contabilístico				0,00 €					
Alterações de políticas contabilísticas				0,00 €					
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras				0,00 €					
Realização do excedente de revalorização				0,00 €					
Excedentes de revalorização e respetivas variações				0,00 €					
Transferências e subsídios de capital				0,00 €					
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido				790 798,57 €		11 075 297,38 €		11 866 095,96 €	11 866 095,96 €
Correção de erros materiais				0,00 €				0,00 €	0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)				0,00 €			218 973,65 €	218 973,65 €	218 973,65 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)				0,00 €			56 195,19 €	16 002 770,04 €	16 002 770,04 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)									
Subscrições de capital/patrimônio				0,00 €					
Entradas para cobertura de perdas				0,00 €					
Outras operações				0,00 €					
Subscrições de prémios de emissão				0,00 €					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		46 064 586,99 €	25 563 041,67 €	-12 383 590,97 €	323 134,23 €	71 811 299,85 €	218 973,65 €	131 597 447,42 €	131 597 447,42 €

Demonstração Financeira 5 – Demonstração consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido - Ano 2024

VII – Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As notas que a seguir se apresentam estão de acordo com as divulgações exigidas nas NCP, relativamente às contas consolidadas. As notas cumprem a numeração sequencial definida no SNC-AP, sendo as notas omissas não aplicáveis ou não relevantes para a leitura das demais demonstrações financeiras. Os valores encontram-se expressos em Euros.

1.1. Identificação da entidade, período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as normas relativas à consolidação de contas para as Administrações Públicas. Em consonância como referido nas demonstrações financeiras separadas do Município de Esposende, o Grupo Público do Município de Esposende é constituído pelas participadas identificadas abaixo.

a) Entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Denominação da Entidade	Sede Social	NIPC	Totalidade dos Fundos Patrimoniais detidos		Motivos da Inclusão	Obs.	Controlo Final %
			Capital Subscrito	% de Capital Detido			
Município de Esposende	Rua 1.º de Dezembro 4740 - 223 - Esposende	506 617 599			Entidade - mãe obrigada à elaboração de Contas Consolidadas nos termos do n.º 6 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro		0%
Esposende 2000 - Actividades Desportivas e Recreativas, EM - Sociedade Unipessoal, Lda	Av. Eng.º Arantes de Oliveira 4740 - 204 - Esposende	503 879 614	100 000,00	100%	Municípios que detenham entidades empresariais municipais ou entidade associativa municipal, devem incluir as contas consolidadas, nos termos do n.º 6 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro		100%
E.Amb - Esposende Ambiente, EM - Sociedade Unipessoal, Lda	Travessa Conde de Agrolongo, n.º 10 4740 - 245 - Esposende	507 068 076	20 250 000,00	100%			100%
Zandensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740-335 Fão	504639862	2 550,00	49,90%			49,90%

b) Entidades excluídas do perímetro de consolidação:

Denominação da Entidade	Sede Social	NIPC	Totalidade dos Fundos Patrimoniais detidos			Motivos da Exclusão	Controlo Final %
			Capital Subscrito	% de Capital Detido	Proporção do Capital detido		
Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM do Cávado)	Rua do Camo, 29, 4700 -309 Braga	508779472				Não se verificam os pressupostos previstos no n.º 6 do artº 75, da Lei 73/2013, de 3 de setembro	0,00%
Agência de Energia do Cávado*	Rua do Camo, 29, 4700 -309 Braga	509401848					0,00%
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Mamoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra	501627413					0,00%
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo	508905435					0,00%
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga	505214504					0,00%
Águas do Norte, SA	Av. Osnabrock, 29, 5000-427 Vila Real	513606084	111 061 732,00	0,91%	1 013 020,00		0,91%
CELANUS - Empresa Turismo	Rua das Pedras, 307 - Francelos - 4405 685 Gulpilhares	500523738	250 000,00	1%	2 500,00		1,00%
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	503694398	2 500 000,00	4,80%	120 000,00		4,80%
Polis Litoral Norte*	Edifício de Apoio à Docra de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	508829569	26 100 000,00	15%	3 110 000,00		15,00%
FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149 - 015 Lisboa	513319183	650 000 000,00	0,15%	633 096,00		0,15%

O Município de Esposende mantém registado a título de participação financeira o montante de €3.110.000,00, correspondente a 15% do capital social, da sua participação na Polis Litoral Norte – Sociedade para a requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A. Contudo, foi aprovado na reunião da Assembleia Geral de 23.12.2021 o Projeto de Partilha do Património restante da liquidação, que determina a imputação/integração de bens/direitos (cerca de 9M€) e obrigações (ainda não apurados).

Por falta de informação necessária à contabilização dos referidos direitos e obrigações, o Município de Esposende não procedeu, no período de 2024, ao seu reconhecimento.

O perímetro de consolidação financeiro é constituído de entre as entidades identificadas no quadro acima, apenas pelas participadas nas quais o Município de Esposende detém controlo (aplicando-se o método de consolidação integral) ou influência significativa (aplicando-se o método da equivalência patrimonial).

O período de relato das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende corresponde ao ano civil de 2024 (1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024), devendo ser aprovadas até ao final do mês de junho de 2025.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

A. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o GPME, exceto quanto aos requisitos das NCP 6/11/12 e 16 que não foram aplicados porque não se adequam à realidade do GPME. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os modelos de demonstrações financeiras, o código de contas e as normas contabilísticas públicas e de relato financeiro, e as normas interpretativas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, mantendo uma apresentação apropriada mediante a aplicação e conformidade com o normativo aplicável, incluindo as políticas contabilísticas, para que seja proporcionada informação relevante, fiável, comparável e compreensível, e proporcionando divulgações adicionais sempre que as disposições contidas nas NCP possam ser insuficientes para permitir a sua compreensão.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e de acordo com o regime do acréscimo.

Conforme o preconizado no art.º 13º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro “quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- b) O SNC;
- c) As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- d) As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

B. DERROGAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES DO SNC-AP

Durante o ano de 2024 não ocorreram derrogações das disposições do SNC-AP que produzissem efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, pelo que a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do GPME encontra-se assegurada.

C. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas. A prestação de contas do Grupo Público do Município de Esposende do período de 2024 é comparável com a do período homólogo.

D. DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS

Os depósitos bancários contêm valores em Euros para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. Todos os montantes incluídos nestas rubricas são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

Conta	Descrição	Períodos	
		31.12.2024	31.12.2023
11	Caixa	8 352,76	12 363,09
12	Depósitos à ordem	9 080 471,75	8 086 114,17
13	Outros depósitos	1 758 462,24	1 767 885,21
		10 847 286,75	9 866 362,47

Os outros depósitos estão relacionados com depósitos de garantias e cauções.

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mãe e das participadas que compõem o Grupo Público do Município de Esposende tendo em consideração as disposições do SNC-AP e SNC¹ respetivamente.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o exercício de reporte.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Órgão executivo foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso. O Órgão executivo do Município de Esposende entende que as demonstrações financeiras consolidadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

Tendo por base o disposto nas NCP as políticas contabilísticas adotadas pelo GPME foram as seguintes:

2.1.1. Pressuposto da continuidade

De acordo com o pressuposto da continuidade, o Grupo Público do Município de Esposende avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, considerando a capacidade de prosseguir com a sua atividade.

¹ De acordo com o referencial das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado em 01.01.2016 é a Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que alterou os Decretos-Leis n. os 158/2009, de 13 de julho, e 36-A/2011, de 9 de março.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 deve ser efetuada no pressuposto da continuidade das operações e não espera impactos significativos nos próximos 12 meses que justifiquem a adoção de outra base contabilística.

2.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de outras contas a pagar e a receber e nas rubricas de diferimentos.

2.1.3. Consistência da apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes ao longo dos períodos.

2.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, avaliados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se poderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas pelos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas.

Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na fase das demonstrações financeiras consolidadas pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

2.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidada. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida.

2.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo GPME no exercício de 2024 foram consistentes com os aplicados pelo grupo na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior. Assim, a prestação de contas do Grupo Público do Município de Esposende do período de 2024 é comparável com a do período homólogo.

2.1.7. Classificação de Balanço Consolidado

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço consolidado são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

2.1.8. Principais estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Órgão executivo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que concerne ao impacto nos gastos e rendimentos reais.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto na NCP 2.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 incluem análises de imparidade, remunerações a liquidar, ajustamentos aos valores do ativo e provisões.

2.1.9. Acontecimentos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no presente Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.10. Alterações de políticas, estimativas e erros

Durante o exercício de 2024 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo, nem foram registados erros materiais relativos a períodos anteriores.

NOTA 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCP 3, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

3.1. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubrica	31.12.2024			31.12.2023		
	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	71 991,90	7 199,28	64 792,62	71 991,90	3 599,64	68 392,26
Projetos de desenvolvimento	321 875,83	284 588,65	37 287,18	321 875,83	268 608,44	53 267,39
Programas de computador e sistemas de informação	668 942,51	539 720,85	129 221,66	581 555,18	484 131,92	97 423,26
Propriedade industrial e intelectual	3 720,05	-	3 720,05	3 277,25	-	3 277,25
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	4 465,76	-	4 465,76
Total	1 066 530,29	831 508,78	235 021,51	983 165,92	756 340,00	226 825,92

3.2. Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Grupo Público do Município de Esposende 2024				Grupo Público do Município de Esposende 2023			
	Início do período Consolidado	Variações Consolidado		Quantia escriturada final Consolidado	Início do período Consolidado	Variações Consolidado		Quantia escriturada final Consolidado
		Adições	Amortizações do período			Adições	Amortizações do período	
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	68 392,26	0,00	-3 599,64	64 792,62	0,00	71 991,90	-3 599,64	68 392,26
Projetos de desenvolvimento	53 267,39	0,00	-15 980,21	37 287,18	69 247,55	0,00	-15 980,16	53 267,39
Programas de computador e sistemas de informação	50 460,94	78 882,33	-40 918,77	88 424,50	61 259,98	18 463,64	-29 262,68	50 460,94
Propriedade industrial e intelectual	46 962,30	8 947,80	-14 670,16	41 239,94	29 857,24	25 941,01	-8 835,94	46 962,31
Outros	3 277,27	0,00	0,00	3 277,27	0,00	0,00	0,00	3 277,26
Ativos Intangíveis em curso	4 465,76	-4 465,76	0,00	0,00	0,00	4 465,76	0,00	4 465,76
Total	226 825,92	83 364,37	-75 168,78	235 021,51	94 394,48	44 404,65	-38 098,62	226 825,92

3.2.A. Ativos intangíveis – adições

Rubrica	Adições Consolidado 2024			Adições Consolidado 2023		
	Compra	Reclassificações	Total	Compra	Reclassificações	Total
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	71 991,90	-	71 991,90
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	43 156,24	35 726,09	78 882,33	18 463,64	-	18 463,64
Propriedade industrial e intelectual	8 947,80	-	8 947,80	25 941,01	-	25 941,01
Outros	-	-	-	-	-	-
Ativos Intangíveis em curso	31 260,33	35 726,09	4 465,76	4 465,76	-	4 465,76
Total	83 364,37	-	83 364,37	120 862,31	-	120 862,31

NOTA 4. ACORDOS DE CONCESSÃO

Existe um acordo de exploração de concessão de distribuição de eletricidade com a entidade EDP Distribuição - Energia, S.A..

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Infraestruturas elétricas

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados inicialmente pelo seu custo, sendo de registar que o gasto de depreciação dos ativos iniciou quando estes ficaram disponíveis para uso e cessa quando os ativos são desconhecidos. Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCP, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor. Os ativos tangíveis fixos tangíveis adquiridos numa transação sem contraprestação (não inclui imóveis) foram mensurados ao valor de mercado.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem, de acordo com o CC2 que constitui anexo ao SNC-AP.

Para as restantes entidades incluídas na consolidação, através do método integral, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão mensurados no balanço ao custo de aquisição, sendo as respetivas depreciações e amortizações calculadas, de acordo com o período de vida útil estimado pelo Órgão de Gestão de cada entidade, os quais não diferem significativamente dos períodos utilizados pelo Grupo

Público do Município de Esposende, para as mesmas classes de bens, pelo que não foi necessário efetuar qualquer ajustamento de harmonização prévio à consolidação relativamente a este ponto.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

5.1. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rubrica	31.12.2024			31.12.2023		
	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidada	Quantia escriturada Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidada	Quantia escriturada Consolidada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	72 640 844,89	44 411 633,51	28 229 211,38	69 429 681,68	41 751 782,91	27 677 898,77
Terrenos e recursos naturais	24 179 416,89	-	24 179 416,89	16 323 659,36	-	16 323 659,36
Edifícios e outras construções	59 218 105,29	17 591 255,11	41 626 850,18	47 200 918,44	15 695 884,80	31 505 033,64
Equipamento básico	58 751 441,99	39 640 047,97	19 111 394,02	57 711 738,03	38 374 353,03	19 337 385,00
Equipamento de transporte	2 555 359,44	1 979 505,95	575 853,49	2 222 534,74	1 855 955,50	366 579,24
Equipamento administrativo	4 688 063,96	4 213 615,99	474 447,97	4 626 602,63	4 073 958,61	552 644,02
Equipamentos biológicos	747 407,00	199 519,37	547 887,63	725 810,00	15 121,04	710 688,96
Outros ativos fixos tangíveis	2 149 637,50	1 682 688,17	466 949,33	1 890 109,07	1 599 561,59	290 547,48
Investimentos em Curso	15 927 036,15	-	15 927 036,15	14 559 791,59	-	14 559 791,59
Total	240 857 313,11	109 718 266,07	131 139 047,04	214 690 845,54	103 366 617,48	111 324 228,06

5.2. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Grupo Público do Município de Esposende 2024					Município 2023				
	Inicio do período Consolidado	Adições	Diminuições	Depreciações do período	Quantia escriturada final Consolidada	Inicio do período	Adições	Diminuições	Depreciações do período	Quantia escriturada final CME
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	27 677 898,77	3 220 898,34	-9 735,13	-2 659 850,60	28 229 211,38	23 791 738,36	6 243 086,56	-69 190,00	-2 287 493,71	27 678 141,21
Terrenos e recursos naturais	16 323 659,36	8 407 099,19	-551 341,66	-	24 179 416,89	14 327 975,64	1 303 385,81	-971 560,91	-	14 659 800,54
Edifícios e outras construções	31 493 783,64	11 643 163,14	-5 455,63	-1 515 890,97	41 615 600,18	22 723 253,69	6 591 512,58	-43 107,40	-840 450,40	28 431 208,47
Equipamento básico	19 212 204,91	1 196 133,27	-159 604,55	-1 422 124,25	18 826 609,38	751 535,03	224 372,22	0,48	-231 462,18	744 445,55
Equipamento de transporte	368 479,24	332 824,70	-	-123 550,45	577 753,49	225 981,70	7 255,83	-	-51 766,17	181 471,36
Equipamento administrativo	552 644,02	61 755,62	-	-139 951,67	474 447,97	467 109,07	59 491,38	-	-118 330,42	408 270,03
Equipamentos biológicos	710 688,96	21 597,00	-	-184 398,33	547 887,63	725 810,00	725 810,00	-	-15 121,04	710 688,96
Outros ativos fixos tangíveis	290 547,48	265 332,98	-	-88 931,13	466 949,33	221 024,09	94 249,08	-	-58 994,52	256 278,65
Investimentos em Curso	14 694 321,68	1 526 849,11	-	-	16 221 170,79	18 558 886,76	6 533 801,85	-11 099 794,08	-	13 992 894,53
Total	111 324 228,06	26 675 653,35	-726 136,97	-6 134 697,40	131 139 047,04	81 067 504,34	21 782 965,31	-12 183 651,91	-3 603 618,44	87 063 199,30

5.2A. Ativos fixos tangíveis – adições

Rubrica	Adições Consolidadas 2024			Adições Consolidadas 2023		
	Compra	Outras	Total Consolidado	Compra	Outras	Total Consolidado
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	3 169 355,18	51 543,16	3 220 898,34	935 972,16	5 307 114,40	6 243 086,56
Terrenos e recursos naturais	1 265 820,46	7 141 278,73	8 407 099,19	1 303 385,81	-	1 303 385,81
Edifícios e outras construções	2 524 551,44	9 118 611,70	11 643 163,14	2 757 604,90	3 871 575,37	6 629 180,27
Equipamento básico	872 932,99	323 200,28	1 196 133,27	525 617,68	90 071,55	615 689,23
Equipamento de transporte	189 259,10	143 565,60	332 824,70	125 118,92	2 926,85	128 045,77
Equipamentos biológicos	61 755,62	-	61 755,62	56 146,39	3 344,99	59 491,38
Equipamento administrativo	21 597,00	-	21 597,00	11 168,31	725 810,00	736 978,31
Outros ativos fixos tangíveis	265 332,98	-	265 332,98	94 712,40	4 486,68	99 199,08
Investimentos em Curso	1 526 849,11	-	1 526 849,11	6 810 563,86	-	6 810 563,86
Total	9 897 453,88	16 778 199,47	26 675 653,35	12 620 290,43	10 005 329,84	22 625 620,27

5.2B. Ativos fixos tangíveis – diminuições

Rubrica	Diminuições Consolidadas 2024				Diminuições Consolidadas 2023			
	Alienações	Reclassificações	Abates	Total Consolidado	Alienações	Reclassificações	Abates	Total Consolidado
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-5 455,63	-	-	-5 455,63	-	-	-69 190,00	-69 190,00
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-15 904,50	-	-887 156,41	-1 018 965,41
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-73 459,04	30 351,64	-	-43 107,40
Equipamento básico	-	-159 604,55	-	-159 604,55	-2 730,15	80 473,05	-83 202,72	-3 459,82
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-66 040,84	164 304,81	-98 263,97	66 040,84
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	276 869,58	-276 869,58	-
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-10 131,86	-	-546 665,43	-556 797,29	-	-	-9 977,49	-9 977,49
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-11 147 571,97	-	-47 777,89	-11 195 349,86
Total	-15 587,49	-159 604,55	0,00	-550 944,93	-15 814,53	-10 585 595,40	-1 572 438,06	-12 474 302,52

NOTA 7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Entidade do Perímetro da Consolidação	Entidade Credora	Descrição	Valor Contratado	Capital em dívida em 31-12-2024	Encargos do ano			Capital em dívida em 31-12-2023
					Amortização	Juros	Total	
Município de Esposende	Caixa Geral de Depósitos	CGD - Emp. n.º 9015/002736/3/91	241 243,60 €	32 815,68 €	10 510,97 €	813,03 €	11 324,00 €	43 326,65 €
	Santander Totta	TOTTA - Emp. n.º 003/00781376096	656 448,00 €	17 274,85 €	34 549,90 €	1 934,03 €	36 483,93 €	51 824,75 €
		TOTTA - Emp. n.º 003/04183675096	934 000,00 €	156 222,16 €	27 777,78 €	3 886,31 €	31 664,09 €	183 999,94 €
	Crédito Agrícola	CA - PÓLIS LITORAL NORTE	2 610 000,00 €	641 268,40 €	99 285,66 €	34 432,87 €	133 718,53 €	740 554,06 €
		Plano de Investimentos nas Freguesias	3 500 000,00 €	2 333 333,36 €	194 444,44 €	128 628,28 €	323 072,72 €	2 527 777,80 €
		Plano de Investimentos nas Freguesias - 2ª fase	2 095 000,00 €	1 820 664,28 €	110 343,28 €	84 692,46 €	195 035,74 €	1 931 007,56 €
	Banco Europeu de Investimento	BEI - Mercado Municipal	204 400,00 €	204 400,00 €	- €	8 486,35 €	8 486,35 €	204 400,00 €
		BEI - Largo Rodrigues Sampaio	182 850,00 €	100 041,30 €	82 808,70 €	7 591,62 €	90 400,32 €	182 850,00 €
		BEI - Facho	51 900,50 €	51 900,50 €	- €	1 090,95 €	1 090,95 €	51 900,50 €
		BEI - Alameda	75 530,59 €	32 729,92 €	42 800,67 €	2 994,94 €	45 795,61 €	25 176,86 €
		BEI - S. Miguel	79 741,74 €	79 741,74 €	- €	3 254,66 €	3 254,66 €	79 741,74 €
		BEI - Canal	213 752,28 €	213 752,28 €	- €	8 765,28 €	8 765,28 €	71 250,76 €
		MLP	250 000,00 €	104 518,70 €	48 750,06 €	6 125,71 €	54 875,77 €	153 268,76 €
		9015006150991	5 000 000,00 €	- €	105 859,92 €	1 090,29 €	106 950,21 €	105 859,92 €
Esposende 2000, EM	Crédito Agrícola	MLP						
Esposende Ambiente, EM	Caixa Geral de Depósitos							
	Millennium BCP	Millennium BCP - Locação						
Total			22 370 272,21 €	5 798 573,22 €	761 776,71 €	294 491,77 €	1 056 268,48 €	6 367 494,68 €

NOTA 8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 2023, as propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo e em 2024 foram reclassificadas para AFT pelo valor registado na contabilidade, conforme se pode verificar no quadro infra.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

8.1. Propriedades de investimento – Modelo do custo

Rubrica	31.12.2024			31.12.2023		
	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	32 920,66	-	32 920,66
Edifícios e outras construções	-	-	-	751 302,77	392 728,62	358 574,15
Total	-	-	-	784 223,43	392 728,62	391 494,81

Em 2024, os valores de Propriedades de Investimento foram transferidos para ativo fixo tangível.

8.2. Propriedades de investimento – Modelo do custo – quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Grupo Público do Município de Esposende 2024					Grupo Público do Município de Esposende 2023				
	Início do período Consolidado	Adições Consolidadas	Diminuições Consolidadas	Depreciações do período Consolidadas	Quantia escriturada final Consolidada	Início do período Consolidado	Adições Consolidadas	Diminuições Consolidadas	Depreciações do período Consolidadas	Quantia escriturada final Consolidada
Terrenos e recursos naturais	32 920,66	-	32 920,66	-	-	32 920,66	-	-	-	32 920,66
Edifícios e outras construções	358 574,15	-	358 574,15	-	-	373 600,13	-	-	15 025,98	358 574,15
Total	391 494,81	-	391 494,81	-	0,00	406 520,79	-	-	15 025,98	391 494,81

NOTA 9. IMPARIDADE DE ATIVOS

Rubrica	Ano 2024				Ano 2023			
	Quantia escriturada inicial Consolidada	Reforços	Reversões	Quantia escriturada final Consolidada	Quantia escriturada inicial Consolidada	Reforços	Reversões	Quantia escriturada final Consolidada
Imparidades de clientes, contribuintes e utentes	781 727,90	22 439,56	-	804 167,46	743 660,93	38 066,97	-	781 727,90
Total	781 727,90	22 439,56	0,00	804 167,46	743 660,93	38 066,97	0,00	781 727,90

O reforço está relacionado com o risco de incobrabilidade associado às dívidas de Cliente, sendo assim contabilizada e constituída a imparidade para o exercício de 2024 no grupo público municipal.

NOTA 10. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários de vender. Os inventários adquiridos através de uma transação sem contraprestação, são mensurados pelo

justo valor à data de aquisição. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio utilizado foi o custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

10.1. Inventários

Rubrica	Consolidado 2024			Consolidado 2023		
	31.12.2024			31.12.2023		
	Quantia Bruta Consolidada	Imparidade acumulada Consolidada	Quantia recuperável Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Imparidade acumulada Consolidada	Quantia recuperável Consolidada
Mercadorias	80 057,12		80 057,12	76 030,25		76 030,25
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	263 216,81		263 216,81	224 631,56		224 631,56
Total	343 273,93	0,00	343 273,93	300 661,81	0,00	300 661,81

10.2. Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Consolidado 2024					Consolidado 2023				
	Movimentos do período 31.12.2024					Movimentos do período 31.12.2023				
	Quantia escriturada inicial Consolidada	compras líquidas	Consumos/gastos	Outras reduções	Quantia escriturada final Consolidada	Quantia escriturada inicial Consolidada	compras líquidas	Consumos/gastos	Outras reduções	Quantia escriturada final Consolidada
Mercadorias	76 030,25	1 609 806,18	-1 605 779,31		80 057,12	69 189,05	1 573 334,84	-1 566 493,64		76 030,25
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	224 631,56	502 598,90	-464 013,65		263 216,81	214 278,72	346 919,60	-336 566,76		224 631,56
Total	300 661,81	2 112 405,08	-2 069 792,96	0,00	343 273,93	283 467,77	1 920 254,44	-1 903 060,40	0,00	300 661,81

NOTA 13. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

28

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Na maior parte dos casos, a retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber.

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas e a serviços prestados. O rédito é reconhecido nas vendas aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos e nos serviços prestados é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é registada na rubrica de rendimentos a reconhecer, sendo registados na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, são incorridos.

Foram considerados rendimentos com contraprestação oriundos das vendas e prestações de serviços:

	Rendimento do Ano 2024	Rendimento do Ano 2023
Rubrica	Consolidado	Consolidado
Taxas, multas e outras penalidades	896 782,13	684 912,89
Mercados e feiras	-	60 976,78
Loteamentos e obras	-	463 284,64
Licença sobre o ruído	-	232,50
Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação (TDFTH)	-	195,00
Taxa pela Emissão do Certificado de Registo	-	593,38
Outras	807 591,87	48 966,41
Multas e outras penalidades	89 190,26	110 664,18
VENDAS	2 039 120,85	1 914 034,81
Mercadorias e Bens	55 730,49	37 670,60
Livraria, papelaria e artigos institucionais para venda	6,10	456,59
Água de Consumo Humano	1 981 857,06	1 875 399,22
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	1 527,20	508,40
Prestação de Serviços	7 644 169,37	6 996 463,43
Resíduos Sólidos	1 604 295,85	1 579 964,39
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	10 474,66	11 506,76
Serviços Desporto	23 957,00	19 998,50
Serviços Sociais	-	-
Outros	32 406,85	6 371,13
Vistorias e ensaios	8 242,00	396 782,12
Aluguer de Espaços	-	11 244,00
Prestação de Serviços de água e Saneamento	4 164 756,47	3 967 926,25
Serviços desportivos e recreativos	1 110 839,02	994 432,69
Outras prestações de serviços	10 889,37	8 237,59
Alienações	52 953,62	50 225,72
Alienações de Ativos Fixos Tangíveis	52 953,62	50 225,72
Rendas em propriedades de investimento	1 003 092,04	845 704,89
Rendas Terrenos Concessionário Energia Elétrica (EDP)	1 003 092,04	815 611,40
Outros	-	12 472,10
Edifícios e outras construções	-	17 621,39
Outros rendimentos e ganhos	363 647,25	55 107,49
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	26 599,63	15 790,79
Total	12 026 364,89	10 562 240,02

NOTA 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. Assim, satisfeita uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos proveniente de uma transação sem contraprestação, é reduzida a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhecer uma quantia de rendimento igual a essa redução.

O reconhecimento de um aumento no ativo em consequência de uma transação sem contraprestação, reconhece o respetivo rendimento. Se tiver sido reconhecido um passivo relativamente ao influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, quando o passivo for subsequentemente reduzido o rendimento é reconhecido, porque ocorre o acontecimento tributável ou é satisfeita a condição. Se um influxo de recursos satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido como um passivo nem como um rendimento.

O momento do reconhecimento do rendimento é determinado pela natureza das condições e respetivo cumprimento.

Rubrica	Rendimento do Ano 2024	Rendimento do Ano 2023
	Consolidado	Consolidado
Impostos diretos	6 300 924,23	6 127 789,58
Imposto municipal sobre imóveis	5 015 322,09	4 904 528,40
Imposto único de circulação	1 286 153,93	1 217 743,28
Outros	551,79	5 517,90
Impostos indiretos	7 773 344,95	4 431 424,79
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	1 086 952,10	593 946,52
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	6 686 392,85	3 837 478,27
Transferências e subsídios correntes obtidos	14 140 151,01	12 516 122,12
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	14 139 172,96	4 570 743,00
Fundo Social Municipal (FSM)	1 076 424,00	893 599,00
Participação no IRS	2 038 754,00	1 845 303,00
Transferências Competências Educação- Lei n.º50/2018		
Participação do IVA	339 993,58	207 830,76
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013		
Outras	167 951,10	216 072,39
Serviços e Fundos Autónomos	70 540,33	40 283,97
Empresas Locais	3 940,45	-
Instituições sem fins lucrativos	-	-
FEDER	162 191,44	258 804,28
LEADER		
Outras	141 864,37	130 679,57
Sociedades e quase sociedades não financeiras	15,51	2,50
Contratos Programa	-	-
Reversões	0,00	773 673,65
De provisões	-	773 673,65
Trabalhos para a própria entidade	323 200,28	317 698,72
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	3 475 938,22	2 686 375,59
Outros Rendimentos e ganhos	74 052,23	63 035,89
Aplicação do método de equivalência patrimonial	0,00	0,00
Total	32 087 610,92	26 916 120,34

30

NOTA 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo GPME, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para € 840 373,67 que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos.

Estão no quadro abaixo refletidos os movimentos do GPME relativos a provisões:

		Ano 2024								
		Aumentos				Diminuições				
Rubrica	Quantia escriturada inicial	Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total dos aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total das diminuições	Quantia escriturada final
Processos judiciais em curso	829 713,63	10 660,04			10 660,04					840 373,67
Total	829 713,63	10 660,04	0,00	0,00	10 660,04	0,00	0,00	0,00	0,00	840 373,67

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no presente Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram emitidas para a aprovação em 23 de maio de 2025, pelo órgão executivo do Município de Esposende. Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2024 estão pendentes de aprovação pelo órgão

deliberativo (Assembleia Municipal). No entanto, o Órgão Executivo do Município entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

Contudo, em consonância com o descrito na nota 2.1.1. “Pressuposto da continuidade” o Grupo Público do Município de Esposende avaliou a informação de que dispõe e os principais pressupostos relativos ao futuro, considerando a capacidade de prosseguir com a sua atividade.

NOTA 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. O detalhe das participações financeiras encontra-se no quadro seguinte:

Denominação da Entidade	Sede Social	NIPC	Totalidade dos Fundos Patrimoniais detidos			Motivos da Exclusão	Controlo Final %
			Capital Subscrito	% de Capital Detido	Proporção do Capital detido		
Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM do Cávado)	Rua do Carmo, 29, 4700 -309 Braga	508779472				Não se verificam os pressupostos previstos no n.º 6 do artº 75, da Lei 73/2013, de 3 de setembro	0,00%
Agência de Energia do Cávado*	Rua do Carmo, 29, 4700 -309 Braga	509401848					0,00%
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Mamoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra	501627413					0,00%
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo	508905435					0,00%
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga	505214504					0,00%
Águas do Norte, SA	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	513606084	111 061 732,00	0,91%	1 013 020,00		0,91%
CELANUS - Empresa Turismo	Rua das Pedras, 307 - Francelos - 4405 685 Gulpilhares	500523738	250 000,00	1%	2 500,00		1,00%
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	503694398	2 500 000,00	4,80%	120 000,00		4,80%
Polis Litoral Norte*	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	508829569	26 100 000,00	15%	3 110 000,00		15,00%
FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149 - 015 Lisboa	513319183	650 000 000,00	0,15%	633 096,00		0,15%

NOTA 19- BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O GPME atribui os seguintes benefícios de curto prazo aos seus empregados: salários, contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, ausências permitidas a curto prazo e quaisquer outras retribuições previstas na Lei.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 01 de janeiro de cada ano e reporta ao trabalho prestado no ano civil anterior.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

O número total de trabalhadores ao serviço do GPME no final de cada exercício é o seguinte:

Categoria	N.º Funcionários											
	Município de Esposende			Esposende 2000, EM			Esposende Ambiente, EM			GPME		
	2023	2024	N.º Médio	2023	2024	N.º Médio	2023	2024	N.º Médio	2023	2024	N.º Médio
Dirigente Superior	0	0	0	1	1	1	1	1	1	2	2	2
Dirigente Intermédio	5	5	5	1	1	1	4	4	4	10	10	10
Carreiras Gerais - Técnico Superior	73	97	85	1	2	2	17	17	17	91	116	104
Carreiras Gerais - Assistente Técnico	89	93	91	1	1	1	11	14	13	101	108	105
Carreiras Gerais - Assistente Operacionais	245	249	247	4	4	4	61	62	62	310	315	313
Informática	4	4	4	0	0	0	4	4	4	8	8	8
Auxiliar de Limpeza	0	0	0	10	10	10	0	0	0	10	10	10
Nadador Salvador	0	0	0	2	4	3	0	0	0	2	4	3
Rececionista	0	0	0	4	5	5	0	0	0	4	5	5
Outros	8	8	8	12	12	12	0	0	0	20	20	20
Total	424	456	440	36	40	38	98	102	100	558	598	578

Descrição	Consolidado	Consolidado
	Ano 2024	Ano 2023
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	256 759,67	272 368,64
Conselho de Administração	129 744,99	120 734,89
Remunerações certas e permanentes	10 229 147,23	9 287 836,79
Abonos variáveis ou eventuais	244 121,61	161 489,48
Pensões	-	-
Indeminizações	187,28	738,26
Encargos sobre remunerações	2 432 677,04	2 164 225,85
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	133 759,67	138 404,30
Outros gastos com o pessoal	180 748,20	416 559,03
Outros encargos sociais	286 257,79	285 538,22
	13 893 403,48	12 847 895,46

NOTA 20- DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

A fim dos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas poderem formar uma opinião acerca dos efeitos de relacionamentos entre partes relacionadas e o Município de Esposende, divulga-se de seguida, os nomes das entidades participadas e respetiva percentagem de controlo, independentemente de se terem verificado transações entre as partes relacionadas.

Denominação da Entidade	Sede Social	NIPC	% de Controlo		Controlo Final %
			Direito	%	
Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM do Cávado)	Rua do Carmo, 29, 4700 -309 Braga	508779472	8,65%		8,65%
Agência de Energia do Cávado*	Rua do Carmo, 29, 4700 -309 Braga	509401848	14,30%		14,30%
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Mamoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra	501627413	0,32%		0,32%
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E. R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo	508905435	0,00%		0,00%
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga	505214504	0,00%		0,00%
Águas do Norte, SA	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	513606084	0,91%		0,91%
CELANUS - Empresa Turismo	Rua das Pedras, 307 - Francelos 4405 685 Gulpilhares	500523738	1,00%		1,00%
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	503694398	4,80%		4,80%
Polis Litoral Norte*	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	508829569	15,00%		15,00%
FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149 - 015 Lisboa	513319183	0,15%		0,15%

* Valores do Relatório de Liquidação

Divulgação de Transações entre Partes Relacionadas

No que respeita a transações entre partes relacionadas, apresenta-se de seguida os quadros com evidência da natureza do relacionamento, os tipos de transações que ocorreram, a quantia monetária específica, assim como a proporção dessa classe de transações, os respetivos saldos, e termos e condições gerais de transações entre partes relacionadas.

No que respeita às transações e saldos entre partes relacionadas os mesmos foram anulados para efeito de consolidação

Entidade relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Esposende 2000 E.M	Entidade Controlada	Contratos Programa (Transferências)	387 239,77	6,58%	3 239,77	Pagamento trimestral
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Entidade Controlada	FSE	127 700,78	0,89%	8 326,43	Pagamento a 30 dias
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Entidade Controlada	Transferências obtidas (Pessoal)	26 992,63	0,19%	3 940,45	Recebimento a 30 dias
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Entidade Controlada	Transferências concedidas (Contratos Programa)	1 193 832,84	20,28%		Pagamento mensal

Transações entre a participada EAMB e ESPOSENDE 2000

Entidade relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Esposende 2000 E.M	Partes relacionadas	FSE	37 387,89	0,26%	3 644,99	Pagamento a 30 dias

Quadro de Fluxos do Grupo Público Município de Esposende

Fluxos Grupo Público Município de Esposende Ano 2024

Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende Ambiente, EM									
	Obrigações/Pagamentos Esposende Ambiente, EM					Direitos/Recebimentos Município de Esposende				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
RO - ADSE	0,00	26.992,63	0,00	26.992,63	0,00	0,00	30.960,84	27,76	26.992,63	3.940,45
Total	0,00	26.992,63	0,00	26.992,63	0,00	0,00	30.960,84	27,76	26.992,63	3.940,45

Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende Ambiente, EM									
	Obrigações/PagamentosMunicípio de Esposende					Direitos/Recebimentos Amb - Esposende Ambiente, EM				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Facturação de Água	10.496,37	126.181,11	0,00	128.351,05	8.326,43	10.496,37	126.181,11	0,00	128.351,05	8.326,43
Contratos Programa	97.025,03	1.193.832,84	0,00	1.290.857,87	0,00	97.025,03	1.193.832,84	0,00	1.191.371,80	99.486,07
Serviços Diversos	738,97	1.519,67	0,00	2.258,64	0,00	738,97	1.519,67	0,00	2.258,64	0,00
Total	108.260,37	1.321.533,62	0,00	1.421.467,56	8.326,43	108.260,37	1.321.533,62	0,00	1.321.981,49	107.812,50

Tipo de Fluxos	Esposende Ambiente, EM / Município de Esposende									
	Obrigações/Pagamentos Esposende Ambiente, EM					Direitos/Recebimentos Município de Esposende				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
TV e IT de Resíduos Sólidos Urbanos	635.219,48	1.630.124,92	0,00	2.121.974,05	143.370,35	770.566,70	1.630.124,92	0,00	2.257.321,27	143.370,35
Serviços Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	635.219,48	1.630.124,92	0,00	2.121.974,05	143.370,35	770.566,70	1.630.124,92	0,00	2.257.321,27	143.370,35

Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende 2000, EM									
	Obrigações/Pagamentos Município de Esposende					Direitos/Recebimentos Esposende 2000, EM				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Contrato Programa	0,00	384.000,00	0,00	384.000,00	0,00	0,00	384.000,00	0,00	384.000,00	0,00
Total	0,00	384.000,00	0,00	384.000,00	0,00	0,00	384.000,00	0,00	384.000,00	0,00

Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende 2000, EM									
	Obrigações/Pagamentos Esposende 2000, EM					Direitos/Recebimentos Município de Esposende				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Acerto Contrato Programa Ano 2024	0,00	3.239,77	0,00	0,00	3.239,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	3.239,77	0,00	0,00	3.239,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Tipo de Fluxos	Esposende Ambiente, EM/Esposende 2000, EM									
	Obrigações/PagamentosEsposende 2000, EM					Direitos/Recebimentos Amb - Esposende Ambiente, EM				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Facturação de Água	1.867,94	37.195,89	0,00	35.610,84	3.452,99	1.867,94	37.195,89	0,00	35.610,84	3.452,99
Serviços Diversos	192,00	192,00	0,00	0,00	192,00	192,00	192,00	0,00	0,00	192,00
Total	1.867,94	37.387,89	0,00	35.610,84	3.644,99	1.867,94	37.387,89	0,00	35.610,84	3.644,99

NOTA 22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

22.1. Os julgamentos e pressupostos mais significativos

a) Os julgamentos e pressupostos mais significativos que se consideraram na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende, foram os seguintes:

- Como entidades controladas, foram consideradas todas as entidades em que o Município de Esposende está exposto ou tem direitos a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento nessa entidade, tendo a capacidade de afetar a natureza e quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa entidade. Deste modo, considerou-se como entidades controladas todas aquelas, nas quais o Município de Esposende detém uma participação nos seus capitais superior a 50%, ou quando não detendo tal percentagem, detém direitos que lhe conferem a capacidade para orientar as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento nessas entidades. Ou seja, quando se possui o direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de uma determinada entidade, sendo esta normalmente a forma como o poder é demonstrado no setor público.
- Estas entidades foram consolidadas no Grupo Público do Município de Esposende pela aplicação do método de consolidação integral, o qual consiste, sucintamente, na agregação de itens idênticos das demonstrações financeiras e na eliminação de operações intragrupo, com reconhecimento no património líquido consolidado dos respetivos interesses que não se controlam, o que tendo em conta a percentagem de participação destas entidades (100%) o mesmo não se aplica.
- Como entidades associadas, foram consideradas todas as entidades em que o Município de Esposende exerce influência significativa, ou seja, detém poder para participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais de uma determinada entidade, sem, no entanto, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas. Entende-se que existe influência significativa numa participada, quando o Município de Esposende detém uma participação no seu capital compreendida entre os 20% e 50%. Contudo, poderá existir influência significativa ainda que não se detenha pelo menos 20% dos direitos de voto noutra entidade, desde que tal seja comprovada através de pelo menos uma das seguintes formas (§7 da NCP 23):
 - Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
 - Participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições similares;
 - Transações materiais entre o investidor e a participada;
 - Intercâmbio de pessoal de gestão; ou
 - Prestação de informação técnica essencial.
- Estas entidades foram incluídas na consolidação pela aplicação do **método de equivalência patrimonial**, o qual se consubstancia em refletir nas demonstrações financeiras da entidade-mãe a sua quota-parte nos resultados das suas participadas e as alterações nos ativos líquidos das mesmas, que não foram reconhecidos através dos resultados.

22.3 Fatores para determinação dos interesses ou acordos e outras entidades

O Grupo Público do Município de Esposende elaborou e apresentou as suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo incluído no perímetro de consolidação as entidades identificadas na tabela infra:

DESIGNAÇÃO	SEDE	PARTICIPAÇÃO	CAPITAL PRÓPRIO / FUNDO PATRIMONIAL	RESULTADO LÍQUIDO	
		%		Valor	Ano
Esposende 2000 E.M	Av. Eng. Arantes e Oliveira, 4740-204 Esposende	100,00%	591 165,32	79 030,36	2024
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Rua da Ribeira, 4740-245 Esposende	100,00%	22 519 865,25	116 586,50	2024
Zendensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740- 335 Fão	49,90%	127 387,97	-200 007,65	2024

22.4 Qualificação como entidade de investimento

Nos termos do §9 da NCP 22, o Município de Esposende não é uma entidade de investimento, uma vez que não tem como objetivo:

- Obter fundos de um ou mais investidores com a finalidade de proporcionar a esses investidores serviços de gestão de investimentos;
- Assegurar aos seus investidores que o seu objeto social é investir fundos exclusivamente para obter mais-valias, rendimento do investimento, ou ambos; e
- Mensurar e avaliar o desempenho de praticamente todos os seus investimentos com base no justo valor.

36

22.7 Data de relato da entidade controlada diferente da data das demonstrações consolidadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades controladas pertencentes ao Grupo Público do Município de Esposende têm o mesmo período de relato, ou seja, (de 01/01/2024 a 31/12/2024).

22.8 Interesse detido por entidades que controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo

Nos termos do exigido na alínea g) da presente nota, divulga-se de seguida um resumo da informação financeira das entidades controladas do Grupo Público do Município de Esposende.

Resumo da posição financeira das entidades controladas

	EAMB 31.12.2024	Esposende 2000 31.12.2024
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	23 192 115,63	600 584,82
Propriedades de investimento		
Ativos intangíveis	40 797,16	3 277,25
Participações financeiras		
Outros ativos financeiros		4 946,60
Outras contas a receber		
Subtotal	23 232 912,79	608 808,67
Ativo corrente		
Inventários	206 564,23	6 321,87
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		
Clientes, contribuintes e utentes	1 086 685,09	26 596,61
Estado e outros entes públicos	58 669,79	16 790,15
Outras contas a receber	17 822,71	9 760,16
Diferimentos	44 645,81	3 207,10
Caixa e depósitos	254 171,98	369 800,48
Subtotal	1 668 559,61	432 476,37
Total do ativo	24 901 472,40	1 041 285,04
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		
Património Líquido		
Património	20 250 000,00	100 000,00
Reservas	133 834,61	260 839,09
Resultados Transitados	-8 512,33	-4 350,90
Ajustamentos em ativos financeiros		
Outras variações no Património Líquido	2 027 956,47	155 646,77
Resultado líquido do período	116 586,50	79 030,36
Total do património líquido	22 519 865,25	591 165,32
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões		
Financiamentos obtidos		54 170,03
Passivos por impostos diferidos		27 554,65
Outras contas a pagar		
Subtotal	0,00	81 724,68
Passivo corrente		
Fornecedores	97 546,60	36 596,99
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	41 554,99	
Estado e outros entes públicos	84 690,21	28 640,36
Financiamentos obtidos	9 910,05	50 348,67
Fornecedores de investimentos	5 501,91	2 538,22
Outras contas a pagar	1 562 825,78	250 270,80
Diferimentos	579 577,61	
Subtotal	2 381 607,15	368 395,04
Total do Passivo	2 381 607,15	450 119,72
Total do património Líquido e do passivo	24 901 472,40	1 041 285,04

Código de Contas	RENDIMENTOS E GASTOS	EAMB 31.12.2024	Esposende 2000 31.12.2024
70	Impostos, contribuições e taxas		
71	Vendas	2 070 053,76	45 780,07
72	Prestações de serviços e concessões	4 225 333,28	1 110 839,02
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	1 221 803,52	387 239,77
74	Trabalhos para a própria entidade	323 200,28	
785 + 7921 - 685	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e		
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 1 713 980,88	- 26 660,14
62	Fornecimentos e serviços externos	- 2 179 724,38	- 665 016,98
63	Gastos com pessoal	- 2 627 675,07	- 764 503,56
60-603	Transferências e subsídios concedidos		
651-7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 19 093,46	- 3 346,10
67-763	Provisões (aumentos/reduções)		
78	Outros rendimentos e ganhos	144 282,38	88 920,11
68	Outros gastos e perdas	- 36 648,34	- 16 413,29
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 407 551,09	156 838,90
64-761	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 1 258 761,15	- 66 700,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		148 789,94	90 137,95
79	Juros e rendimentos similares obtidos	7 545,46	
69	Juros e gastos similares suportados	- 6 351,12	- 9 313,57
Resultado antes de impostos		149 984,28	80 824,38
812	Impostos sobre o rendimento do período	- 33 397,78	- 1 794,02
Resultado líquido do período		116 586,50	79 030,36

Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas

22.11. Perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato

Durante o período de relato não existiu perda de controlo em nenhuma das entidades controladas do Grupo Público do Município de Esposende.

22.18. Natureza, extensão e efeitos financeiros dos interesses de uma entidade em acordos conjuntos e associadas

Em 31/12/2024, o Município de Esposende tinha interesse na associada identificada de seguida.

Designação	Sede	% de controlo		Controlo Final (%)
		Direto	%	
Zendensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740-335 Fão	49,90%		49,90%

A entidade associada foi incluída nas contas consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende, através da aplicação do MEP, tendo em consideração a informação financeira apresentada na tabela seguinte:

Designação	% de Participação	Valor de aquisição	Património líquido (2024)	Resultado Líquido do Período (2024)	Valor da participação ao MEP (2024)
Zendensino, CIPRL	49,90%	2 550,00	1 757 495,50	-200 007,65	127 387,97

22.19. Outras divulgações relativas a associadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades associadas pertencentes ao Grupo Público do Município de Esposende têm o mesmo período de relato (de 01/01/2024 a 31/12/2024).

22.21. Interesses de propriedade não-quantificáveis

A 31/12/2024 o Município de Esposende tinha interesses de propriedade não-quantificáveis em entidades nas quais não tem influência significativa, conforme se observa no quadro infra.

Designação	Sede	% de controlo		Controlo Final (%)
		Direto	%	
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700 - 3 09 Braga	8,65%		8,65%
Agência de Energia do Cávado*	Rua do Carmo, 29, 4700 - 3 09 Braga	14,30%		14,30%
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra	0,32%		0,32%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149-015 Lisboa	0,15%		0,15%
Águas do Norte	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	0,91%		0,91%
CELANUS - Empresa Turismo	Rua das Pedras, 307 - Francelos - 4405 685 Gulpilhares	1,00%		1,00%
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	4,80%		4,80%
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo			0,00%
Polis Litoral Norte*	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	15,00%		15,00%
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga			0,00%

* Valores do Relatório de Liquidação

Designação	Sede	Participação		Capital próprio/Fundo Patrimonial	Resultado Líquido	
		Valor	%		Valor	Ano
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700 - 3 09 Braga		8,12%	4 587 153,64	560 543,81	2024
Agência de Energia do Cávado *	Rua do Carmo, 29, 4700 - 3 09 Braga		14,30%	80 005,83	8 849,00	2023
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra		0,32%	3 137 055,88	209 018,85	2023
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149-015 Lisboa	633 096,00	0,15%	423 313 764,75	4 038 528,17	2023
Esposende 2000 E.M.	Av. Eng. Arantes e Oliveira, 4740-204 Esposende	100 000,00	100,00%	591 165,32	79 030,36	2024
EAMB - Esposende Ambiente, E.M.	Rua da Ribeira, 4740-245 Esposende	20 250 000,00	100,00%	22 519 865,25	116 586,50	2024
Águas do Norte	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	1 013 020,00	0,91%	111 061 732,00	12 119 296,72	2024
CELANUS - Empresa Turismo	Hotel Ofir, 4740 - 405 Fão	2 500,00	1,00%	926 299,78	3 464,83	2023
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólido	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	120 000,00	4,80%	19 421 808,00	72 314,00	2024
Zendensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740-335 Fão	2 550,00	49,90%	1 757 495,50	200 007,65	2024
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo			17 675 570,71	2 155 825,76	2024
Polis Litoral Norte*	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	3 110 000,00	15,00%	64 505 248,60	-	2021
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga			217 269,86	6 100,97	2024

39

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende foram preparadas com base nas características qualitativas, postuladas no ponto 5 da Estrutura Concetual presente no Anexo I do DL nº 192/2015, de 11 de setembro, em consonância com as contas separadas do Município de Esposende, assim como das suas entidades controladas, devido à semelhança entre a estrutura conceptual do SNC-AP e do SNC.

As depreciações e as amortizações do Grupo Público do Município de Esposende foram calculadas segundo o método das quotas constantes, sendo respeitadas as taxas previstas no CC2 para o caso do Município de Esposende. Para as restantes entidades incluídas na consolidação, através do método integral, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão mensurados no balanço ao custo de aquisição, sendo as respetivas depreciações e amortizações calculadas, de acordo com o período de vida útil estimado pelo Órgão de Gestão de cada entidade, os quais não diferem significativamente dos períodos utilizados pelo Grupo Público do Município de Esposende, para as mesmas classes de bens, pelo que não foi necessário efetuar qualquer ajustamento de harmonização prévio à consolidação relativamente a este ponto.

Decorrente do facto de no período de relato o Município de Esposende adotar o SNC-AP, e as entidades incluídas no perímetro de consolidação adotarem os normativos do SNC, procedeu-se à reclassificação pontual de contas de SNC para o SNCAP.

De referir que, quando existem indícios de que os investimentos financeiros não são recuperáveis, o Município de Esposende procede ao reconhecimento da respetiva perda por imparidade, ficando estas entidades excluídas da consolidação.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não foi derogada qualquer norma de consolidação, constante do SNC-AP.

Rendimentos/Gastos imputados de entidades associadas

Esta rubrica evidenciada na demonstração dos resultados consolidados refere-se às variações no capital próprio verificado na entidade associada, pela aplicação do MEP, sendo a sua desagregação a seguinte:

- Gasto: € -99 803.82 (Zendensino, CIPRL).

NOTA 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

Nota 23.1 – Contas a receber e a pagar

As dívidas de clientes, contribuintes e utentes e outros terceiros e as dívidas a fornecedores e a outros terceiros que não vencem juros são registados pelo seu valor nominal, o que é substancialmente equivalente ao seu justo valor. De seguida apresenta-se o detalhe das contas a receber e a pagar:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Outras contas a receber CORRENTE	3 101 193,68	1 544 225,96
Juros a receber e outros rendimentos	19 134,02	2 775,00
Outros acréscimos de rendimentos	1 580 786,58	1 273 082,53
Outros devedores	8 197,88	14 577,95
Devedores por alienação de ativos fixos	17 375,35	17 186,89
Outros	1 462 699,85	223 603,59
Cauções - Entregues a terceiros	13 000,00	13 000,00
Outras contas a receber NÃO CORRENTE	275 336,84	331 916,84
Devedores por alienação de ativos fixos	275 336,84	331 916,84
Outras contas a receber	3 376 530,52	1 876 142,80

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Outras contas a pagar CORRENTE	9 161 250,15	3 347 323,39
Credores por acréscimos de gastos	316 744,29	283 105,66
Remunerações a liquidar	1 897 315,49	1 659 000,82
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	0,00	129,07
Outros acréscimos de gastos	530 669,32	94 465,10
Credores por subscrições não liberadas	313 020,00	313 020,00
Ajustamentos de Subsídios ao Investimento	638 318,79	672 235,52
Outros Credores	5 465 182,26	325 367,22
Outras contas a pagar NÃO CORRENTE	2 914 609,09	2 910 272,28
Cauções	2 914 609,09	2 910 272,28
Outras contas a pagar	12 075 859,24	6 257 595,67

Nota 23.2 – Informações relativas ao Endividamento

Descrição do endividamento consolidado não corrente, desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Código/ designação das contas	Dívidas a terceiros Não Corrente				Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo Público consolidado
	Município de Esposende	Esposende 2000 EM	Esposende Ambiente EM	Total		
1	2	3	4	5=2+3+4	6	7=5+6
25 - Empréstimos Não Corrente	5 157 077,24 €	- €	54 170,03 €	5 211 247,27 €		5 211 247,27 €
Total	5 157 077,24 €	- €	54 170,03 €	5 211 247,27 €		5 211 247,27 €

Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no Balanço Consolidado (corrente e não corrente) e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do Balanço, desagregado por entidade e por rubrica do balanço consolidado.

Entidade do Perímetro da Consolidação	Entidade Credora	Descrição	Valor Contratado	Capital em dívida em 31-12-2024	Capital em dívida em 31-12-2023	Data de vencimento
Município de Esposende	Caixa Geral de Depósitos	CGD - Emp. n. 9015.002735.3.91	241 243,60 €	32 815,68 €	43 326,65 €	17/05/2027
	Santander Totta	TOTTA - Emp. n. 003.00781376096	656 448,00 €	17 274,85 €	51 824,75 €	15/12/2024
		TOTTA - Emp. n. 003.04183975096	934 000,00 €	156 222,16 €	183 999,94 €	29/02/2028
	Crédito Agrícola	CA - POLIS LITORAL NORTE	2 610 000,00 €	641 268,40 €	740 554,06 €	19/03/2030
		Plano de Investimentos nas Freguesias	3 500 000,00 €	2 333 333,36 €	2 527 777,80 €	03/08/2036
		Plano de Investimentos nas Freguesias - 2ª fase	2 095 000,00 €	1 820 664,28 €	1 931 007,56 €	09/03/2042
	Banco Europeu de Investimento	BEI - Mercado Municipal	204 400,00 €	204 400,00 €	204 400,00 €	18/10/2038
		BEI - Largo Rodrigues Sampaio	182 850,00 €	100 041,30 €	182 850,00 €	09/02/2038
		BEI - Facho	51 900,50 €	51 900,50 €	51 900,50 €	18/08/2038
		BEI - Alameda	75 530,59 €	32 729,92 €	25 176,86 €	18/08/2038
		BEI - S. Miguel	79 741,74 €	79 741,74 €	79 741,74 €	18/08/2038
		BEI - Canal	213 752,28 €	213 752,28 €	71 250,76 €	08/09/2038
		MLP	250 000,00 €	104 518,70 €	153 268,76 €	19/05/2021
Esposende 2000, EM	Crédito Agrícola					
Esposende Ambiente, EM	Caixa Geral de Depósitos	9015006156991	5 000 000,00 €	- €	105 859,92 €	09/03/2024
	Millennium BCP	Millennium BCP - Locação		9 910,05 €	14 555,38 €	07/12/2026
Total			22 370 272,21 €	5 798 573,22 €	6 367 494,68 €	

41

Nota 23.3 – Honorários Fiscal Único/ Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas do Município de Esposende é a entidade Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC para o triénio 2024-2026, contrato é datado de 6 de setembro de 2024.

Os honorários contratualizados para o período de 2024, referem-se exclusivamente a serviços de Revisão Legal de Contas com vista à emissão da Certificação legal das Contas, acenderam a €12 240,00 (s/IVA).

O Revisor Oficial de Contas da EAmb – Esposende Ambiente, EM – Sociedade Unipessoal, Lda é a entidade Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.

Os honorários contratualizados para o período de 2024, referem-se exclusivamente a serviços de Revisão Legal de Contas com vista à emissão da Certificação legal das Contas, acenderam a €10 008,08 (s/IVA).

O Revisor Oficial de Contas da Esposende 2000, EM – Sociedade Unipessoal, Lda, é RSM & Associados – SROC, Lda representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho.

Os honorários contratualizados para o período de 2024, referem-se exclusivamente a serviços de Revisão Legal de Contas com vista à emissão da Certificação legal das Contas, acenderam a €3.000,00 (s/IVA).

A análise às contas do Grupo Público do Município de Esposende, referentes ao ano de 2024, deve atender ao cenário macroeconómico que tem vindo a condicionar a estratégia mundial, e que fruto dos conflitos armados vividos na Europa, têm mantido a incerteza, com reflexos económicos devastadores.

Apesar de tudo, o Município de Esposende e o seu grupo público manteve o investimento e a rigorosa gestão financeira, apesar de o quadro económico ter sido de grande instabilidade, condicionado pelo aumento significativo nos preços de serviços e bens, devido ao atual contexto geopolítico, adensado pela redução das transferências do Orçamento de Estado face ao aumento das despesas decorrentes da descentralização de serviços encetada pelo Estado.

O valor líquido das adições em bens de investimento do Grupo Público do Município de Esposende fixou-se, no final de 2024, em cerca de 25,97M€ (10,4 M€ em 2023), mantendo a tendência implementada nos últimos anos, de forte investimento do município. Nas aquisições de cerca de 25,97M€ aproximadamente 16M€ estão relacionadas com imóveis de escolas transferidas para o Município de Esposende no âmbito do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferência para os órgãos Municipais no domínio da Educação e com contrapartida no Património Líquido – rubrica Doações de Ativos.

Acresce o atraso na aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) ou no arranque do Portugal 2030, programa de ação governativa que inclui os planos de recuperação e desenvolvimento da economia, da sociedade e do território e que atrasam e prejudicam a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

O resultado líquido do exercício de 2024 fixou-se em 218 973,65€, justificado com a inflação, acréscimos de gastos relacionados com a assunção de novas competências, aumento de custos com pessoal, manifestação do princípio da prudência que vigora na Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilístico.

Este documento, que demonstra de forma clara e eficaz aquela que foi a ação municipal, e suporta o trabalho iniciado neste mandato autárquico, que assente na sustentabilidade financeira do Município de Esposende, permitiu garantir o aumento do volume de obras em curso no concelho, sem, contudo, comprometer o investimento nas diversas áreas de ação governativa da autarquia. Em áreas como a Educação, o Setor Social, a Saúde, o Ensino, a Cultura, o Ambiente, o Turismo e o Desporto, entre muitas outras áreas de intervenção do Município, foram implementadas políticas atrativas com vista a fixação de mais pessoas no concelho de Esposende. Para isso, desenvolveram-se um conjunto de dinâmicas internas, promovendo-se a identidade territorial, e atuando na sustentabilidade e no fortalecimento da competitividade. Nesse sentido, o Município manteve a sua aposta em políticas fiscais de baixa carga de impostos, adotando taxas nos mínimos legais e reduções ou mesmo isenções sobre impostos municipais.

Mesmo num contexto económico adverso, foram inúmeras as intervenções, projetos e ações que, indo ao encontro das necessidades da população, tiveram bom acolhimento junto da comunidade.

Obras significativas foram concretizadas ou lançadas em todo o concelho. Como a requalificação do centro de Saúde de Apúlia, o Parque da Cidade, a requalificação da EM 546 entre Antas e Forjães, a requalificação da Rua Prior Nogueira, o Cruzeirinho dos Mouros, o LISA, a reabilitação urbana, com o melhoramento do espaço público e o forte incentivo à recuperação do edificado privado, o continuo melhoramento das vias de comunicação e do parque escolar, a aquisição dos terrenos para a construção do Parque da Cidade, a disseminação da arte urbana por todo o concelho, ou a abertura do Museu Municipal, entre muitas outras obras e projetos culturais.

O Município de Esposende prosseguiu, ainda, com a atribuição de apoios, isenções e benefícios fiscais, distribuição de equipamentos e meios, proporcionando, assim, uma ajuda aos setores empresarial, social e familiar.

Todo este investimento só foi exequível devido a uma gestão rigorosa, tendo o Município como parceiros neste compromisso as empresas do universo municipal e as Juntas de Freguesia.

A gestão rigorosa e responsável faz com que o Município de Esposende seja detentor dos meios financeiros exigíveis para cumprir com os encargos assumidos. Essa “almofada” garante o cumprimento dos compromissos assumidos com a população e com fornecedores, ou seja, o investimento direto do grupo no território, sendo este de monta e sem paralelo, com uma dinâmica reconhecida a nível regional e nacional, e que não hipoteca a sustentabilidade financeira do Grupo Público Municipal.

Este Executivo honra desse modo, o rigoroso cumprimento dos compromissos assumidos com a população, por via de Plano de Investimento nas Freguesias que visa melhorar as condições de vida dos munícipes, seja em áreas diretamente geridas pela Câmara Municipal, seja nas áreas em que as empresas municipais garantem a qualidade do território, ao nível ambiental ou da prática desportiva.

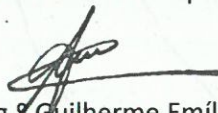
Todo um conjunto de políticas que permitem fazer do concelho de Esposende, cada vez mais, um concelho homogéneo, sem clivagens entre as freguesias e onde se evidencia uma crescente unicidade do território.

Perante os bons resultados económicos, reconhecidos por entidades externas e independentes, prosseguimos, assim, com o mesmo empenho de sempre e com o objetivo de dar resposta aos anseios da população, trabalhando pelas e para as pessoas.

Um trabalho reconhecido pelos nossos munícipes que ao longo dos anos têm, reiteradamente, retribuído a confiança depositada no nosso projeto, proporcionando um clima de paz institucional que muito contribui para que resultados positivos sejam alcançados.

Obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal de Esposende



Eng.º Guilherme Emílio



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE** (o Grupo Público), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 152.754.919 euros e um total de património líquido de 131.597.447 euros, incluindo um resultado líquido de 218.974 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, e o anexo consolidado – que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas –, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 e 2 na secção “Bases para a Opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE** em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1. O Ativo do Grupo Público não releva a integralidade dos bens, não sendo possível até à presente data concluir a inventariação e a avaliação do respetivo património. Neste contexto, não estamos em condições de emitir uma opinião sobre a existência, plenitude, valorização e mensuração dos bens nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis, com referência a 31 de dezembro de 2024, bem como quantificar o respetivo impacto no Património Líquido.

2. O Ativo do Grupo Público inclui o montante de 3.110.000 euros na participada Polis Litoral Norte – Sociedade para a requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A., não contemplando os efeitos do Projeto de Partilha resultante da liquidação desta, não sendo possível quantificar o impacto no Património Líquido do Grupo Público.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo Público nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

JOSUÉ GOMES, MANUELA VALHEIRO E BARTO GOMES SROC
Registo no CROC nº 148 | Registo na CRVM nº 20/83450
NIF 502 581 943 | Capital Social 5 000 euros
Membro do ABC & Association - SROC, AOE
www.jmm.sroc.pt

Escritório
Praça de Negocios da Braga, Edifício A
Av. D. João V nº 404 4º Piso, Esquina 47
4715-275 Braga - Portugal
T: 00351 253 095 900 E: info@jmm.sroc.pt

1/4



Av. 21 de Janeiro, n.º 31, RC
4715-062 Braga - Portugal
T: 00351 253 095 901 E: info@jmm.sroc.pt

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O Órgão Executivo do Município é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Público de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo Público de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão Executivo do Município;

JOAQUIM GUMARÃES, MANUELA MALHEIRO E NÁRIO GUMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 146 | Registo na CRVM n.º 20161459
NIPC 503 931 943 | Capital Social 5 000 euros
Membro da ABC & Associados - SROC, ACE

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João V, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T: +351 253 915 052 | E: info@jmm.pt

2/4

jmm sroc

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T: +351 253 915 052 | E: info@jmm.pt

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão Executivo do Município, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Público para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Público descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo Público como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo Público e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas da entidade que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Órgão Executivo do Município é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo Público. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

JOSUÉ GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 140 | Registo na CVM n.º 20161400

NPC 300 951 942 | Capital Social: 3.000 euros

Município de Aveiro & Associados - SROC, ACE

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga - Edifício A

Av. D. João I, n.º 404, 4.º Piso - Esposende 4715-273 Braga - Portugal

Tel: +351 253 610 000 | Fax: +351 253 610 001

3/4



Av. 21 de Janeiro, n.º 51, B/C

4715-052 Braga - Portugal

Tel: +351 253 610 000 | Fax: +351 253 610 001

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a Opinião com Reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras e demonstrações orçamentais, consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo Público, não identificamos incorreções materiais.

O relatório consolidado de gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão. As razões para esta insuficiência estão divulgadas na introdução do Relatório de Gestão.

Braga, 26 de maio de 2025

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por:



Maria Manuela Alves Malheiro, Revisora Oficial de Contas
Registo na OROC n.º 916 | Registo na CMVM n.º 20160535

Declaração de responsabilidade - Grupo Público do Município de Esposende

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de **2024 do Município de Esposende**, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;

b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;

c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;

d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como às responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;

e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;

f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;

g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;

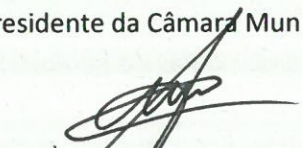
h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Câmara Municipal de Esposende, 26 de maio de 2025

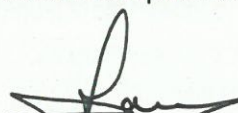
Os responsáveis subscritores:

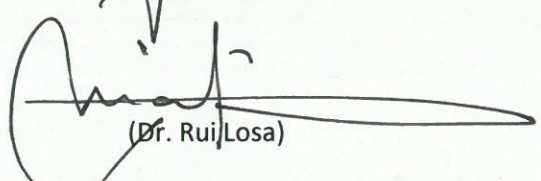
Os responsáveis subscritores:

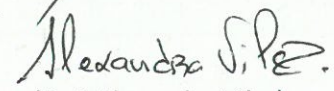
O Presidente da Câmara Municipal


(Eng.º Guilherme Emílio)

Os Vereadores com competências delegadas:


(Dr. Sérgio Mano)


(Dr. Rui Losa)

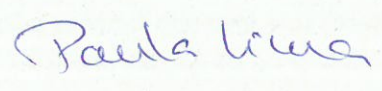

(Dr.ª Alexandra Vilar)

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:

N/A

Subscreve enquanto responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais ao membro do executivo competente pelo pelouro financeiro para apreciação pelo executivo municipal, excetuando as alíneas g) e f).

A Chefe da Divisão de Gestão Financeira,


(Dr.ª Paula Lima)